

Nº 1257 - 16 Janeiro 2006

Acção **Socialista**

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



TODOS COM O PS TODOS COM SOARES



GRANDE COMÍCIO

MÁRIO SOARES EM LISBOA

Antiga FIL (à Junqueira) > 19 Janeiro > 21:00h



www.mariosoares.net

TODOS COM MÁRIO SOARES

Ao voto camaradas. Ao voto em Mário Soares. As eleições presidenciais ainda podem ser ganhas.

O candidato apoiado pelo PS, Mário Soares, contra as sondagens e grande parte da opinião publicada, reuniu ao longo da campanha um vasto apoio popular que nos permite acreditar fortemente na possibilidade de uma segunda volta e, aí chegados, derrotar Cavaco Silva, o candidato da direita.

A abstenção é o nosso grande adversário. Por isso, no domingo, os militantes socialistas são mais uma vez chamados a nova missão cívica e histórica: votar, convencer e aconselhar o voto em Mário Soares.

Portugal neste deambular do século XXI precisa de um Presidente da República com experiência do mundo, alguém que seja respeitado internacionalmente, conhecedor do país e dos grandes problemas da humanidade – e por isso também de um profundo humanista –, que saiba ouvir, mas também retorquir com espírito acutilante e assertivo, ao invés de um qualquer patético embatucar quando colocado perante uma situação nova ou imprevista.

Um Presidente que conheça de história e de filosofia o bastante para perceber o futuro para além dos números da fria economia.

Verdadeiramente o país precisa de um Presidente da República que se preocupe com as pessoas, que esteja atento aos seus problemas e ansiedades, e que, uma vez eleito, saiba estar à altura para lhes dar o devido encaminhamento sem, contudo, se intrometer na esfera do poder executivo.

Domingo, 22 de Janeiro de 2006, encerra-se um ciclo político. O PS ganhou as europeias, teve uma maioria absoluta nas legislativas e um resultado menos bom nas autárquicas. As presidenciais são o culminar destes sucessivos actos eleitorais e é da maior importância para o país que em Belém esteja um chefe de Estado que estabeleça com o Governo uma relação de confiança institucional, geradora de estabilidade e que não alimente conflitos entre órgãos de soberania.

A idade do candidato do PS e o facto de já ter sido Presidente da República são amiúde apresentados pelos nossos adversários como factores negativos do seu regresso à arena política, em vez de serem vistos como os grandes

trunfos colocados afinal à disposição de todos nós.

Mário Soares ao longo da campanha tem dado mostras de uma jovialidade tanto física como intelectual que a todos tem surpreendido; tomara que qualquer um dos outros candidatos à presidência da República revelasse as mesmas capacidades políticas e conservasse a mesma energia combativa e argúcia que lhe são tão características.

O voto em Mário Soares dia 22 de Janeiro é o voto de confiança no futuro do país. É um voto que materializa a total sintonia e o perfeito alinhamento de relações e posições entre a chefia do Estado e o Governo de Portugal. Por todas as razões, o próximo domingo é um dia de importância capital para a República portuguesa. O apelo, pois, só pode ser um: que ninguém fique em casa. Faça sol, vento ou chuva, o importante é votar.

PS – A devassa total chegou e tem um nome: envelope 9.

A situação das escutas telefónicas assumiu contornos inimaginados, tal a extrema gravidade dos factos. Sabemos hoje quantas chamadas fez Mário Soares, António Guterres, Ferro Rodrigues, José Sócrates, entre muitos outros altos dignitários do Estado português. Temos conhecimento que essas gravações foram executadas sem cobertura judicial nem manto legal.

O procurador-geral da República vai brevemente ao Parlamento prestar esclarecimentos, a pedido do Partido Socialista.

A justiça, pilar fundamental do Estado de Direito, é hoje olhada pela sociedade como uma parte profundamente doente do nosso sistema, à qual urge dar tratamento adequado, rápido e eficaz.

O próximo Presidente, o Governo, a Assembleia da República, o Ministério Público, os Tribunais, a Ordem dos Advogados têm muita conversa política para desenvolver de forma a construir um outro quadro normativo que garanta efectivamente os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos em todas as suas inúmeras dimensões.

A errática passagem de Souto Moura à frente da Procuradoria-Geral da República teve apenas um grande mérito: o de despertar a consciência dos cidadãos para a profundidade das magnas questões da justiça.



**SILVINO GOMES
DA SILVA**

O voto em Mário Soares dia 22 de Janeiro é o voto de confiança no futuro do país. É um voto que materializa a total sintonia e o perfeito alinhamento de relações e posições entre a chefia do Estado e o Governo de Portugal

SAMPAIO ELOGIA “DETERMINAÇÃO E DECISÃO” DE SÓCRATES

O Presidente da República deu público testemunho do “sentido de coragem, de determinação e de decisão com que o actual primeiro-ministro e o seu Governo têm exercido o seu mandato, num período de dificuldades para Portugal”. Jorge Sampaio, que falava no Palácio de Belém após ter recebido cumprimentos de Ano Novo por parte do Executivo socialista, enalteceu o papel do primeiro-ministro e as suas qualidades que, na sua opinião, “distinguem os homens de Estado nos momentos de crise e são aquelas que tornam possível recuperar os vínculos de legitimidade entre as instituições representativas e os cidadãos”.

Por outro lado, o chefe de Estado defendeu que “a solidariedade institucional é um princípio indispensável de cooperação efectiva entre os órgãos de soberania que completa o princípio de

separação dos poderes”.

O Presidente e o Governo, acrescentou, “têm o dever de trabalhar em conjunto em nome do bem comum e da unidade do Estado” sem, contudo, “prescindirem do exercício pleno de todas as suas respectivas competências”.

José Sócrates, por seu lado, disse ser seu dever “dar nota pública do reconhecimento do Governo por termos encontrado sempre da parte da Presidência da República uma colaboração política e um apoio que o Executivo, quando necessitou, nunca o Presidente da República lho negou”.

O primeiro-ministro enalteceu ainda a “excelente”, “franca e leal” cooperação institucional mantida entre os dois órgãos de soberania desde Março passado, quando o Governo tomou posse.



AFONSO CANDAL ACUSA

"MALABARISMOS" DO ANTERIOR GOVERNO CUSTARAM MAIS QUE SCUT E TGV

As transferências de fundos de pensões de empresas do Estado para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) realizadas pelos governos PSD/PP foram "malabarismos" e "operações de cosmética" que criaram encargos superiores ao investimento nas SCUT e TGV.

A acusação foi feita pelo deputado do PS Carlos Candal no Parlamento, que citou o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral de Estado de 2004 (ver caixa), no qual voltaram a ser detectadas situações de despesas subavaliadas e gastos não orçamentados, afastando a ideia de "consolidação orçamental feita pelos governos de direita".

"Foram duas operações extraordinárias que renderam 2,25 por cento do PIB em cada ano (2003 e 2004) e graças às quais foi possível manter-se o défice abaixo dos três por cento, mas que representam uma diminuição sem substância para a consolidação orçamental", afirmou o deputado socialista, sublinhando que o Tribunal de Contas concluiu que foi posta em causa a sustentabilidade financeira da CGA.

"O encargo acumulado destas transferências vai prolongar-se por 66 anos até 2071", disse, sublinhando que "estas operações representam duas ou três SCUT". Mas, frisou, com uma diferença: "É que dentro de 20 anos, todas as obras das SCUT revertem integralmente para o Estado, que terá auto-estradas ao serviço da população sem mais nenhum encargo, enquanto com aquelas operações teremos encargos sem proveitos". Ao contrário, acrescentou, a operação realizada pelos governos de direita não trará "nenhum proveito".



Quando à operação de titularização de créditos da Segurança Social, também referida no parecer do Tribunal de Contas, Afonso Candal disse que "foram vendidos 11.400 milhões de euros por 1760 milhões de euros" para diminuir o défice "em 1,35 por cento".

Quando à "diferença de 9640 milhões de euros", o vice-presidente da bancada

socialista sustentou que, das duas uma, "ou a ministra Manuela Ferreira Leite enganou o Citigroup e esses créditos não são cobráveis, ou são cobráveis e sobre eles o Estado nada recebeu".

Afonso Candal salientou que os custos de "mais uma operação de cosmética" são superiores ao "custo total do TGV".

E, virando-se para as bancadas do PSD e PP, concluiu: "Este é o vosso TGV, sem linhas e sem comboios".

Na declaração política no Parlamento, o deputado do PS referiu ainda que o processo por défice superior a três por cento "acabou por ser levantado graças aos contribuintes portugueses, que vão pagar a habilidade da doutora Manuela Ferreira Leite até 2071" e sublinhou que nem o PSD nem o CDS-PP contestaram os números que apresentou.

DESPESAS SUBAVALIADAS

O Tribunal de Contas emitiu um parecer sobre a Conta Geral de Estado de 2004, na qual voltaram a ser detectadas situações de despesas subavaliadas e gastos não orçamentados.

No parecer é feita uma análise crítica das operações realizadas para reduzir o défice para três por cento em 2003 e 2004, como a transferência de fundos de pensões de empresas do Estado para a Caixa Geral de Aposentações.

OPINIÃO

EU VOTO MÁRIO SOARES

Soares é um homem culto, de reconhecido prestígio internacional, que honra Portugal. Alia à sua idade a experiência e a sabedoria, virtudes que constituem, estou certo, uma mais-valia para o futuro do nosso país.



MESQUITA MACHADO

Somos chamados, mais uma vez, a eleger novo Presidente da República.

Por mim, não tenho dúvidas em escolher, de entre os candidatos, aquele que melhor servirá Portugal: Mário Soares.

E porquê Soares?

Pela evidente capacidade que tem para estabelecer uma relação afectiva com todos os portugueses, capaz de congrega e a todos mobilizar em prol de um melhor futuro para o país. O seu exemplo histórico é prova disso...

Conheço Mário Soares há cerca de 32 anos. Tenho bem presente o ano de 1975, em que a sua força mobilizou os portugueses na consolidação do novo regime democrático. Recordo os comícios das



Antas (Porto), do Teatro Circo (Braga) e da Fonte Luminosa (Lisboa)...

Lembro-me dos anos difíceis do início da década de 80, em que, como primeiro-ministro, negociou o acordo com o Fundo Monetário Internacional para salvar Portugal da "bancarotela".

Lembro-me de 1985, da adesão à Comunidade Económica Europeia, altura em que alguém, que hoje é também candidato (Cavaco Silva), esteve contra a assinatura desse tratado...

Lembro-me dos dez anos em que, de forma exemplar, exerceu já o cargo de Presidente da República.

Mas lembro-me também de alguém que é hoje de novo candidato (Cavaco Silva) e que, no longuíssimo período de tempo em que foi primeiro-ministro, se deu ao prazer de ostracizar o concelho de Braga e a terceira cidade do país, um período negro da história bracarense durante o qual "nem um prego aqui foi espetado"... De quem promoveu esta segregação, por interesses partidários, o que poderemos esperar no desempenho do mais alto cargo?!

Sobram na nossa História os pretensos "salvadores da pátria"... Não precisamos de quem por tal se quer fazer passar. Dia 22 de Janeiro vamos eleger o Presidente de todos os portugueses, não vamos eleger um primeiro-ministro camuflado de "salvador" dos males que afectam o país.

Precisamos, sim, de um Presidente da República que nos garanta isenção, rigor e competência no exercício do cargo. E Mário Soares já outrora deu provas disso.

Soares é um homem culto, de reconhecido prestígio internacional, que honra Portugal. Alia à sua idade a experiência e a sabedoria, virtudes que constituem, estou certo, uma mais-valia para o futuro do nosso país.

Eu não tenho dúvidas: voto, com toda a convicção, em Mário Soares. Não por razões de amizade pessoal ou partidária, mas sim porque sou português e quero o melhor para Portugal.

REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

2. Transferência bancária

Conta: BCP-NOVA REDE
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000... + N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE
Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.

Linha Azul
808 201 695



PORTUGAL PREPARA PRESIDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA

O Governo liderado por José Sócrates está já a preparar a presidência portuguesa da União Europeia (UE), acontecimento que terá lugar no segundo semestre de 2007, entre os meses de Julho e Dezembro.

Para o efeito, e segundo uma resolução do Conselho de Ministros agora aprovada, foi criada uma Estrutura de Missão, constituída a partir da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e destinada, como anunciou o primeiro-ministro, no último debate mensal no Parlamento, a acompanhar a futura presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, na preparação dos aspectos logístico e da organização.

Entre as muitas funções que ficarão no âmbito da responsabilidade desta Estrutura de Missão, destaque para a necessidade em assegurar os melhores e mais adequados locais para a realização das diversas reuniões, que terão lugar ao longo da presidência portuguesa, organizar, coordenar e arranjar os alojamentos e o transporte das delegações estrangeiras e dos muitos representantes da comunicação social que se deslocarão a Portugal, bem como o acompanhamento dos participantes, para além de conceber e centralizar o processo de acreditação das delegações e dos jornalistas que normalmente nestas circunstâncias se deslocam para a cobertura noticiosa.

Ficará ainda esta estrutura com a responsabilidade na elaboração e controlo da informação oficial relativa às actividades da presidência, quer em relação às diversas instâncias comunitárias, quer em relação aos restantes Estados-membros e a outros Estados com estatuto relevante.



Esta Estrutura de Missão terá um mandato até Fevereiro de 2008 e será composta por um encarregado de missão, que para o efeito será equiparado a subdirector-geral, contando ainda com a participação de um adjunto, que será equiparado ao cargo de director de serviço, dois coordenadores de projecto, que para este efeito serão equiparados a chefes de divisão, e duas unidades de apoio administrativo.

Austria assume a primeira presidência de 2006

A Áustria assumiu no primeiro dia de

2006 a presidência rotativa da União Europeia. Sucede nesta tarefa, à Grã-Bretanha.

Segundo os responsáveis austríacos, este novo período de seis meses de chefia da União Europeia servirá para dar um novo alento e uma nova dinâmica à Europa, enfrentando e perspectivando uma saída sustentada, como referem os responsáveis austríacos, para a crise criada com a rejeição do Tratado Constitucional em França e na Holanda. Reconhecendo esta e outras dificuldades com que a União Europeia se debate, Viena sustenta, todavia, que o facto de

os 25 Estados-membros terem conseguido chegar a um entendimento aceitável quanto ao próximo quadro orçamental, as chamadas perspectivas financeiras 2007-2013, acordo alcançado durante a presidência do Reino Unido, veio em muito facilitar a abertura, a breve prazo, de um clima favorável ao relacionamento entre todos.

Clima que poderá, como referiu a ministra austríaca dos Negócios Estrangeiros, Ursula Plassnik, reabrir discussões tão importantes para a construção europeia, como o emprego, a liberdade, a segurança, a qualificação do ambiente

ou o reforço do papel da UE no mundo. Mas para que estes e outros temas importantes na construção e no aperfeiçoamento da casa europeia possam ser objecto de novas conversas e de actualizadas medidas, a presidência austríaca defende, como já garantiu o chanceler austríaco Wolfgang Schuessel, que a discussão sobre o Tratado Constitucional terá que ser descongelada, oferecendo-se, durante os seis meses da sua presidência, para relançar o tema.

Ainda durante a presidência da Áustria, e na ordem dos trabalhos, está igualmente agendada a avaliação das condições de adesão da Roménia e da Bulgária previstas para 2007.

Também o primeiro-ministro, José Sócrates, admitiu recentemente que o tema do Tratado Constitucional da União Europeia possa vir a ganhar um novo folgo no segundo semestre de 2007, altura em que caberá a Portugal a responsabilidade da presidência europeia.

Para o efeito, o Governo português apresentará durante este mês de Janeiro, garantiu o primeiro-ministro, um programa de acção, sublinhando José Sócrates que, tendo sido o Tratado Constitucional assinado por 25 Estados-membros, "não é correcto fazer de conta agora que se trata de um filho de pais incógnitos".

Sócrates garantiu ainda que para além do Tratado Constitucional, a presidência portuguesa dedicará especial atenção à Agenda de Lisboa, ao processo de Bolonha, à Sociedade do Conhecimento, à investigação científica e tecnológica, às migrações e à cimeira entre a Europa e a África.

R.S.A.

EMPOSSADO NOVO SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

O Presidente da República, Jorge Sampaio, empossou, no passado dia 4, Bernardo Ivo Cruz como subsecretário de Estado adjunto do ministro dos Negócios Estrangeiros.

O novo subsecretário de Estado vai desempenhar "tarefas de carácter administrativo que sobrecarregam demasiado o titular da pasta dos Negócios Estrangeiros, num ministério muito tradicional que ainda funciona segundo o modelo fortemente centralizado que herdou dos tempos do Estado Novo, segundo indicou o adjunto de Freitas do Amaral, António Carneiro Jacinto.

No final da cerimónia de posse realizada no Palácio de Belém, Ivo Cruz explicou aos jornalistas que vai ter a seu cargo a "gestão administrativa" do Ministério e os trabalhos de reforma daquele departamento do Estado.

Isso tornou-se necessário — adiantou — porque Freitas do Amaral passará a estar envolvido na preparação da presidência portuguesa da União Europeia, no segundo semestre de 2007.

Bernardo Ivo Cruz, de 38 anos, licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada e doutorado em Ciência Política pela Universidade de Bristol, ocupava o cargo de chefe de gabinete do chefe da diplomacia portuguesa desde 1 de Setembro passado.

Antes, Ivo Cruz foi regente das cadeiras de Política e Políticas da União Europeia e Transformação da Governação na Escola de Estudos Europeus da Universidade de Cardiff, tendo exercido ainda funções como secretário-geral da delegação portuguesa do Movimento Europeu, uma organização não governamental.



É PRIORITÁRIO APOSTAR NO MERCADO ANGOLANO

O aumento das exportações para Angola constitui uma das mais importantes prioridades económicas do Governo socialista liderado por José Sócrates.

Neste sentido, e com o objectivo de incentivar a colocação de produtos nacionais no mercado angolano, o Executivo reuniu com representantes de 30 empresas portuguesas para saber das suas possibilidades e interesse em aumentar os canais de exportações para aquele país africano.

O Governo, que tomou a iniciativa de organizar este encontro, pretendeu com ele discutir as perspectivas e as estratégias de investimento em Angola, tendo para o efeito convidado exportadores e investidores portugueses que desde há algum anos mantêm relações comerciais e económicas com este país africano, e com um conjunto de empresários que manifestaram interesse em iniciar uma actividade comercial com aquela ex-colónia.

Para o Executivo português, como José Sócrates tem vindo a acentuar publicamente, reveste-se de uma absoluta prioridade aumentar as trocas bilaterais com Angola, reforçando deste modo, como defende, os laços económicos, dando assim coerência ao estabelecido no Plano de Promoção das Exportações, programa recentemente aprovado pelo Governo.

O panorama actual regista, segundo dados oficiais, cerca de 200 empresas portuguesas instaladas em solo angolano no que respeita ao investimento directo, com destaque para os sectores financeiro, construção civil, telecomunicações e turismo.



No ano passado, as exportações portuguesas para Angola registaram um total de 670 milhões de euros, mais do dobro do verificado em 2000, ano em que foram apurados valores na casa dos 370 milhões de euros.

O nosso país perfigura-se assim como o principal parceiro de Angola e o seu mais importante fornecedor, tendo as exportações de Portugal para aquela nação africana registado assinaláveis subidas, enquanto ao invés, as importações têm vindo a sofrer uma acentuada descida, fixando-se nos 1,8 milhões de euros.

Como referiu o primeiro-ministro português, estes valores, se bem que apontem para um cenário animador,

encontram-se todavia, como sublinhou, ainda muito distantes dos objectivos possíveis e desejáveis ao alcance do nosso país.

400 milhões para Angola

A exemplo da estrutura recentemente criada para os produtos brasileiros em Portugal, iniciativa que representou uma vitória para o nosso país, o Governo decidiu abrir em Angola uma plataforma para a distribuição de produtos nacionais, triplicando paralelamente a linha de financiamento, de 100 para 300 milhões de dólares, com o objectivo de assim apoiar as exportações portuguesas para

aquela antiga colónia. Criada foi igualmente uma linha de crédito de 100 milhões de dólares com o intuito de apoiar as pequenas e médias empresas portuguesas que ali desejem investir.

Este equipamento de comercialização e distribuição era há muito reivindicado pelos empresários portugueses que viam na inauguração desta estrutura a forma mais adequada para a colocação dos seus produtos naquele mercado africano.

Estas medidas, onde se inclui ainda o anúncio da criação de uma empresa financeira de apoio às operações de exportação e diversas acções de carácter diplomático junto de Angola, e que pretendem deste modo melhorar as relações económicas entre os dois países, dando-lhes a partir de agora um novo impulso, foram anunciadas no final de um encontro que teve lugar no Centro Cultural de Belém, e que reuniu o primeiro-ministro, José Sócrates, o ministro da Economia, Manuel Pinho, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, com um grupo de empresários com interesses económicos naquele país africano de expressão oficial portuguesa, ligados ao sector financeiro, construção civil, distribuição de produtos alimentares e turismo.

Entretanto, está já agendada para o próximo mês de Fevereiro uma outra reunião que servirá para o lançamento das bases da estratégia de investimento e de política de exportação para aquela ex-colónia, encontro que terá lugar dias antes da visita oficial do primeiro-ministro, José Sócrates, para Março a Angola.

No último Conselho de Ministros de

2005, foi aprovada a constituição de um grupo de trabalho tendo em vista a criação de uma Sociedade Financeira para o Desenvolvimento.

Ajuda pública ao desenvolvimento

Este resolução visa, segundo o Governo, a preparação e organização de todo o processo conducente à criação de uma instituição financeira de crédito – a Sociedade Financeira para o Desenvolvimento (Sofid) –, que tem por finalidade a concessão de crédito em condições muito especiais para o sector privado empresarial que pretenda investir em países em vias de desenvolvimento, nomeadamente todos aqueles que são beneficiários da Ajuda Pública ao Desenvolvimento.

Como acentua o Governo, o cumprimento dos objectivos da política de cooperação para o desenvolvimento exigiu a constituição de mecanismos que fossem capazes de estabelecer a orientação de recursos de acordo com a estratégia definida para esta área, suprimindo uma lacuna neste sector, que se tem vindo a sentir desde 2002.

Na perspectiva do Executivo, esta nova sociedade financeira (Sofid), cujo capital social é detido pelo Estado em maioria, vai proporcionar a Portugal uma situação de maior competitividade podendo assim colocar-se ao lado e em pé de igualdade com os países que já possuem, desde há muito, este tipo de instituições financeiras e que concorrem no mercado dos diversos países em vias de desenvolvimento. **R.S.A.**

PRESIDENTE CONDECORA SOUSA FRANCO E MARIA DE BELÉM

O Presidente da República, Jorge Sampaio, atribuiu a António Sousa Franco, a título póstumo, a Ordem de Santiago e Espada.

O antigo presidente do Tribunal de Contas e ex-ministro e professor de Finanças faleceu em Junho de 2004 durante a campanha das eleições europeias, em que era o cabeça-de-lista do PS.

Jorge Sampaio condecorou também a deputada socialista e antiga ministra da Saúde, Maria de Belém Roseira, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.

A lista de personalidades agraciadas incluiu ainda a viúva de Salgado Zenha, Maria Irene Salgado Zenha, e, a título póstumo, a professora universitária Isabel de Magalhães Colaço, e o ex-ministro socialista Raul Junqueiro, entre outros.



CONCURSO DE PROFESSORES

NOVO REGIME CRIA MAIOR ESTABILIDADE

O Conselho de Ministros aprovou um conjunto de regras relativas à colocação de professores. A criação deste novo modelo vai permitir a abertura de cerca de seis mil novas vagas de quadros de escola, sendo que metade serão destinadas a docentes de educação especial.

Para a ministra da Educação, as medidas agora aprovadas em Conselho de Ministros, relativas à colocação de professores, vão permitir a abertura de milhares de vagas que, como referiu Maria de Lurdes Rodrigues, possibilitarão "a milhares de professores a vinculação aos quadros e a aproximação às suas famílias e à residência".

Desde há muito que os sindicatos representativos dos docentes do ensino secundário e especial reivindicam maior estabilidade nas suas carreiras profissionais, estabilidade que inevitavelmente teria que passar por uma maior e mais estável permanência nas escolas. Desejo que é agora concretizado "em moldes que superam em muito as expectativas", defende a titular da pasta da Educação, muitos anos após aqueles profissionais terem iniciado a sua luta reivindicativa, exigindo maior constância nos seus lugares docentes. Com a aprovação em Conselho de Ministros deste diploma

relativo ao recrutamento e selecção de professores, o Executivo de José Sócrates concretiza assim um antigo desejo dos professores, criando simultaneamente, como refere Maria de Lurdes Rodrigues, "uma mais adequada estabilidade para as escolas, que assim podem dar continuidade aos seus projectos educativos e mais estabilidade também para os pais que assim passarão a saber antecipadamente quem são os professores dos seus filhos no ano seguinte".

A partir do ano lectivo 2006/2007 e até 2009, o concurso será válido por um período de três anos, data a partir da qual este fase de permanência dos docentes nas escolas é alargada para quatro anos. A par desta iniciativa, que se reveste de capital importância para a estabilidade profissional e pessoal dos professores, outras medidas foram ainda estabelecidas, nomeadamente no que respeita ao congelamento da abertura de vagas nos

quadros durante este espaço de tempo, a manutenção dos destacamentos para escolas próximas das residências dos docentes, ou ainda a possibilidade de se proceder à renovação dos contratos até que os processos de nova colocação possam estar concluídos.

Segundo o secretário de Estado adjunto e da Educação, Jorge Pedreira, o facto de o Governo e os sindicatos poderem ter chegado, a tempo e horas, a um acordo sobre um assunto que já se arrastava na sociedade portuguesa há décadas, possibilitará que o mesmo possa entrar em vigor já no concurso do próximo ano lectivo, que arranca já em Fevereiro próximo, o que significa na prática, "que os docentes colocados este ano terão de ficar no mesmo estabelecimento de ensino até 2009". Como referiu o secretário de Estado, congratulando-se com a aprovação deste diploma, o método até agora em vigor permitia ao Ministério da Educação (ME) deslocar os professores dentro do sistema, cenário que se repetia ano após ano, o que motivava um dos factores de maior instabilidade para o quotidiano dos docentes. Com a aprovação pelo actual Governo das novas regras, sublinha Jorge Pedreira, passa a ser possível fixar os professores por períodos de tempo mais dilatados nas escolas, com consequências a nível da estabilidade do corpo docente e na qualidade do ensino.

"Se não fossemos capazes de encontrar

mecanismos que apontassem para uma maior e mais sustentada estabilidade dos docentes, e deixássemos que tudo continuasse na mesma", refere ainda o secretário de Estado, "tornava-se cada vez mais difícil promover o tão desejado e necessário sucesso educativo, factor determinante para o combate que este Governo já iniciou ao alarmante abandono escolar que ainda se verifica em Portugal".

Simplificar e ordenar o sistema

Com a aprovação em Conselho de Ministros deste diploma, os professores deixam de ter que concorrer todos os anos a um lugar numa escola, algo que vinha a acontecer até agora, e que era alvo de sucessivos protestos por parte dos docentes, passando a ter, com a introdução das novas regras, a possibilidade de se socorrerem de um novo quadro legal que lhes abre a possibilidade de poderem concorrerem por períodos mais dilatados de tempo a um lugar num estabelecimento de ensino. Por outro lado, e esta norma constitui uma outra novidade também aprovada no diploma, só a partir do ano lectivo de 2009/2010 é que serão novamente abertas novas vagas no sistema, permitindo deste modo estabilizar e reequilibrar a vida profissional dos professores. É todavia aberta uma

excepção em relação a eventuais movimentos de docentes para este período. De facto, este diploma estabelece também a possibilidade de abertura de vagas, só, e quando houve necessidade de preenchimento pontual entre concursos.

Uma outra alteração também introduzida e que representa um passo importante no sentido de uma maior e mais sustentável estabilidade para os docentes, refere-se à possibilidade de renovação anual dos contratos de horário completo, medida que só será exequível se houver acordo da parte da escola.

Sobre a possibilidade ou não da abertura de mais vagas nos quadros do Ministério da Educação, pretensão defendida pelos sindicatos, o secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, reafirma o anúncio de Maria de Lurdes Rodrigues após a decisão do Conselho de Ministros, da criação de seis mil novas vagas, serão abertas sendo metade destinadas ao ensino especial, recordando que em relação ao actual ano lectivo de 2005/2006, e no que respeita ao quadro geral, foram entretanto já criados 4500 lugares no sistema. Neste momento, lembra o secretário de Estado, os serviços do Ministério da Educação estão a proceder ao levantamento das necessidades tendo em vista o necessário reajustamento no sistema.

R.S.A.



ADIAMENTO DA AUDIÇÃO DO PROCURADOR AUMENTA "ESPECULAÇÕES"

O vice-presidente da bancada socialista, Vitalino Canas, afirmou no domingo, dia 15, que o adiamento de terça para sexta-feira da audição parlamentar do procurador-geral da República aumenta as "especulações" e "dúvidas" sobre o registo de chamadas telefónicas a destacadas figuras do Estado.

A pedido do PS, Souto Moura deveria deslocar-se terça-feira ao Parlamento para explicar aos deputados o registo de chamadas telefónicas de altas individualidades do Estado que consta do processo Casa Pia, um caso divulgado pelo jornal "24 Horas".

No sábado, Souto Moura pediu para adiar de terça para sexta-feira a reunião com os deputados, dando como explicação a urgência em terminar o inquérito ao caso do registo das chamadas telefónicas.

Vitalino Canas lamentou que o procurador-geral da República não possa deslocar-se ao Parlamento na terça-feira, sublinhando que "não é benéfico um atraso no esclarecimento" da situação, uma vez que "é necessário



saber o que correu mal e o que realmente aconteceu".

Para o porta-voz do PS, "um atraso na ida do procurador ao Parlamento vai contribuir para que exista mais especulações e mais dúvidas sobre o que aconteceu".

Vitalino Canas adiantou que não se pode

adiar o esclarecimento desta matéria por muito mais tempo, uma vez que a campanha eleitoral para as presidenciais está a ser "contaminada" por este tema. Entretanto, o presidente da Comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Osvaldo de Castro, disse que

só na terça-feira será discutido se os deputados aceitam ou não a data proposta pelo procurador.

Também o deputado socialista e antigo ministro da Justiça, Vera Jardim, se pronunciou sobre o caso do registo de chamadas de titulares de órgãos de soberania, desafiando Souto Moura a assumir as suas responsabilidades.

"Quem entregou a investigação a alguém e não a controlou é inteiramente responsável pela condução do processo. É urgente a investigação sobre o que se passou", referiu Vera Jardim, numa nota, a título pessoal, enviada à Comunicação Social.

Para o deputado do PS, uma investigação "não chega", sendo também "urgente que sejam tomadas medidas que evitem a repetição de tamanha monstruosidade jurídica". E, acrescentou, "não é menos necessário, nem menos urgente que os responsáveis assumam por uma vez as suas responsabilidades".

Recorde-se que na passada sexta-feira o jornal "24 Horas" publicou em manchete que o Ministério Público pediu

à PT o registo das chamadas feitas dos telefones fixos das residências de 208 personalidades, entre as quais o Presidente da República e o antigo primeiro-ministro António Guterres, entre Dezembro de 2001 e Maio de 2002, e que teria sido apenas aos autos do processo Casa Pia.

Nesse dia, logo pela manhã, Jorge Sampaio chamou a Belém o procurador-geral da República, Souto Moura, que, no final, anunciou a abertura de "um inquérito rigoroso" de que seriam extraídas "todas as consequências daquilo que for apurado".

No entanto, à tarde, a Procuradoria-Geral da República garantiu, em comunicado, que a notícia do "24 horas" era "falsa". Ignorando este desmentido, o Presidente da República avisou que vai retirar "as adequadas consequências" das averiguações anunciadas pelo PGR neste caso, tendo um comunicado do primeiro-ministro indicado que José Sócrates acompanha as preocupações de Sampaio com o apuramento da verdade neste caso.

TRIBUNAL DE CONTAS CRITICA POLÍTICA ECONÓMICA DO ANTERIOR GOVERNO

O Tribunal de Contas (TC) tornou público um comunicado sobre a Conta Geral de Estado de 2004, onde assinala que foram detectadas nas contas públicas elaboradas pelo anterior Governo despesas subavaliadas e gastos não orçamentados.

No parecer enviado ao Parlamento, é feita uma análise crítica das operações realizadas pelos anteriores governos de maioria de direita, com o intuito de fazer baixar o défice das contas públicas em 2003 e 2004 para os três por cento, meta estabelecida no Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O Tribunal de Contas vem agora considerar estas acções como lesivas de uma boa e recomendável prática para a saúde das contas do Estado. O recurso à transferência dos fundos de pensões de empresas públicas para a Caixa Geral de Aposentações, refere ainda o responsável pelo Tribunal de Contas, é disto um dos exemplos.

Por outro lado, o Tribunal de Contas manifestou satisfação pela entrega atempada, por parte do actual Executivo socialista, da Conta Geral do Estado, situação que permitiu, diz Guilherme d'Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas, este

organismo pudessem enviar a tempo e horas ao Parlamento o seu parecer.

Para o presidente do TC, o Governo liderado por José Sócrates ao entregar as contas públicas dentro do prazo estipulado na Lei do Enquadramento Orçamental, facto que acontece pela primeira vez em muitos anos, está não só a cumprir o estabelecido legalmente, como a permitir que os deputados e o país tenham conhecimento mais cedo dos conteúdos exactos deste importante instrumento de gestão do Estado.

Recorde-se que a Lei do Enquadramento Orçamental, como lembra ainda o

presidente do Tribunal de Contas, tem vindo a ser alvo de aperfeiçoamentos por parte dos deputados, tendo ficado estabelecido, por exemplo, a obrigação de o TC apresentar ao Parlamento, num prazo máximo de um ano, o seu parecer sobre a Conta Geral do Estado.

Este novo cenário permitiu já, na opinião deste responsável, que o Tribunal de Contas pudesse empreender este ano "um trabalho pedagógico" e atempado no controlo das finanças públicas, exercício que se traduz na apresentação de 97 recomendações feitas ao Parlamento. **R.S.A.**

UM PASSO IMPORTANTE NA MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA

A Assembleia da República aprovou no passado dia 5, na generalidade, com os votos do PS e de parte da oposição, três propostas de lei do Governo que põem fim à figura das contra-ordenações e das transgressões, convertendo-as em contra-ordenações.

De acordo com as propostas do Executivo socialista, que serão agora discutidas na Comissão de Assuntos Constitucionais, todas as transgressões e contra-ordenações deixam de ser crime.

O Parlamento aprovou ainda, na generalidade, outra proposta do Governo, que aprova a Lei-Quadro das Contra-Ordenações Ambientais.

Ao apresentar estas três iniciativas legislativas que visam retirar da alçada dos tribunais processos decorrentes de actos que não são considerados violadores de princípios fundamentais ou

que não são passíveis de um juízo de censura ético-criminal em relação ao seu agente, o Executivo liderado por José Sócrates deu mais um passo importante no processo de modernização e desengonçamento da Justiça, honrando, ao mesmo tempo, um compromisso eleitoral.

Na sessão plenária do Parlamento em que foram discutidas as referidas propostas de lei, a deputada do PS Teresa Diniz saudou a iniciativa do Governo, lembrando que "muitas foram as vezes que se fizeram ouvir no passado sobre a urgência de se proceder à contextualização sob a forma de ilícito contra-ordenacional das infracções menos graves", mas que nenhuma medida em concreto tinha sido encetada até agora por ausência de vontade e de coragem políticas.

Para a deputada do PS, é de louvar que finalmente um governo leve por diante "tão esperada alteração no ordenamento jurídico nacional".

"As propostas presentes nesta Assembleia vão permitir que se criem condições para a prestação de um melhor serviço ao cidadão, já que vão permitir a redução em número significativo de processos entrados nos tribunais, que de acordo com dados fornecidos, só nos anos 2003 e 2004, entraram cerca de dez mil processos de contra-ordenações e de transgressões, o que corresponde a uma diminuição entre os 13 e 8 por cento dos processos", acrescentou.

A título de exemplo, Teresa Diniz esclareceu que contra-ordenações e transgressões como a utilização de transportes colectivos sem título de transporte válido, o usufruto de auto-estradas sem o

correspondente pagamento da portagem, o exercício da pesca em águas interiores desacompanhado da respectiva licença e de documento legal de identificação, a recolha de leite sem as devidas condições higiotécnicas, a prática de desportos motonáuticos nas concessões de pesca de águas paradas sem autorização e a recolha de resina com incisões que excedam a largura, profundidade e cumprimentos regulamentares, entre outras, são infracções que serão alvo de um processo mais célere e simplificado. Assim, com a conversão a contra-ordenações, estes ilícitos menos graves que até agora eram punidos com penas de multa passam a ser punidos com coimas, as sanções correspondentes serão aplicadas por autoridades administrativas e o tribunal comum apenas intervirá em sede de recurso, se ele de facto existir. **M.R.**

RENOVAÇÃO DO PARQUE INFORMÁTICO DOS TRIBUNAIS

O Ministério da Justiça vai investir, em 2006, dois milhões de euros para remodelar o parque informático de mais de 90 tribunais, procedendo à renovação de cerca de um quarto do equipamento mais antigo dos postos de trabalho judiciais e iniciar a substituição dos computadores Pentium III.

Entre 2006 e 2008, o Ministério da Justiça prosseguirá com o programa de investimento e renovação do parque informático dos tribunais, tendo como objectivo garantir que todos os equipamentos estejam adequados às necessidades.

A iniciativa insere-se no projecto "Desmaterialização, eliminação e simplificação de actos e processos de justiça" actualmente em curso.

Em 2005, o Governo cumpriu 19 por cento deste objectivo, ao intervir em 84 dos 374 tribunais existentes, tendo procedido à substituição de 73 por cento do equipamento mais antigo.

Só em Dezembro passado, foi realizado um investimento na ordem de um milhão de euros na aquisição de material informático para os tribunais, o que permitiu adquirir 1476 computadores e 490 impressoras. Com esta aquisição de Dezembro renovou-se já cerca de 11 por cento dos computadores dos postos de trabalho nos tribunais.



PROGRAMA DE INCENTIVOS

VINTE MILHÕES PARA MODERNIZAR O PEQUENO COMÉRCIO

“Se Cavaco Silva for eleito, os portugueses ficam sem saber quem manda no país, se Cavaco Silva se José Sócrates”

Santana Lopes (ex-primeiro ministro)
SIC Notícias, 10/01/06

“Não merece qualquer comentário”
Cavaco Silva sobre a entrevista de Santana Lopes

“Apesar de ter maioria absoluta, ao fim de dez anos de governação, deixou a educação num estado decadente, a justiça com falta de credibilidade”

Alberto João Jardim sobre Cavaco Silva

“A atitude do prof. Cavaco Silva justifica a abertura de um processo disciplinar que, se houver vergonha, culmina com a expulsão do sr. Silva”

idem

“Há muitas capelinhas, muita economia paralela e muita fraude fiscal”

Mário Soares, candidato presidencial
“Jornal de Negócios”

“Não pretendo substituir-me ao Governo mas, além das competências escritas, é bom não esquecer que há a legitimidade que o Presidente tem pelo facto de ser eleito directamente pelo povo”

Cavaco Silva
“Jornal de Notícias”, 27/12/05

“Podia existir um responsável do Governo que fizesse a lista de todas as empresas estrangeiras em Portugal e, de vez em quando, fosse falar com cada uma delas para tentar indagar sobre problemas (...) Tem de ser um acompanhamento com algum pormenor que deveria ser feito por um secretário de Estado especialmente dedicado a essa tarefa.”

Idem, ibidem

“Não vou sugerir qualquer secretário de Estado, porque isso é competência exclusiva do Governo”

Cavaco Silva em campanha
“Diário de Notícias”, 28/12/05

“Quem elege os presidentes ainda não é a Comunicação Social”

Mário Soares em campanha
RTP1, 28/12/05

Um programa de incentivos para a modernização e revitalização do comércio tradicional que contempla uma verba de 20 milhões de euros foi apresentado em Braga pelo secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, Fernando Serrasqueiro. Apoios a alargamento de horários, obras, promoção, facilidades de estacionamento e informatização das lojas são algumas medidas previstas.

Os comerciantes portugueses podem candidatar-se, directamente ou via Internet, ao novo Sistema de Incentivos a Projectos de Modernização do Comércio (Modcom), anunciou Fernando Serrasqueiro, adiantando que o sistema tem uma dotação de 20 milhões de euros assim distribuídos: 5,9 milhões para a região Norte, 3,1 para a do Centro, 8,2 para a de Lisboa e Vale do Tejo, 1,9 para o Alentejo e 800 mil para o Algarve.

O sistema que visa dar uma nova vida ao comércio tradicional foi apresentado no passado dia 6 na Universidade do Minho, numa sessão presidida pelo ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, e que incluiu uma mensagem do primeiro-ministro, José Sócrates, aos comerciantes.

Dirigindo-se às dezenas de dirigentes associativos presentes, o secretário de Estado disse que o Modcom vai permitir o alargamento do número de projectos a aprovar, salientando que o anterior, o Urbcom, tem, apenas, em aprovação um total de 40.

E adiantou que os projectos a seleccionar na primeira fase compreendem o comércio e reparação automóvel, o comércio grossista e o retalhista. Segundo Fernando Serrasqueiro, o sistema visa a modernização e a revitalização da actividade comercial em todo o país, principalmente em centros com predomínio do comércio independente de proximidade, tanto em zonas rurais como urbanas, bem como a promoção destes espaços.

Saliu que o novo programa, que vai também permitir a promoção de acções dirigidas ao comércio, nomeadamente de formação, baseia-se no Fundo de Modernização do Comércio, que já reuniu 20 milhões de euros.

Este montante resulta de uma taxa paga pelos grupos de distribuição, no processo de pedido de autorização para instalar unidades de dimensões relevantes, conforme está estipulado na lei dos licenciamentos comerciais. Fernando Serrasqueiro sublinhou que o Modcom apoiará não só os investimentos do pequeno comércio e dos centros comerciais, tanto individuais como os que se desenvolvam numa lógica de cooperação e integração entre empresas, mas também a constituição de equipas e gabinetes



de apoio ao seu desenvolvimento. Os projectos empresariais autónomos de pequena dimensão, acrescentou, terão um apoio máximo de 35 mil euros, verba que se destina a aumentar a sua competitividade.

Já os projectos empresariais integrados terão um apoio máximo de 40 mil euros, desde que sirvam para melhorar a organização e o funcionamento em rede das empresas, através do reforço da capacidade das estruturas de gestão, da racionalização dos custos de distribuição ou do desenvolvimento de uma marca.

As verbas disponíveis para estes dois tipos de projectos abrangem a realização de obras, os reclamos exteriores, a compra de equipamentos de exposição, ou de máquinas e equipamentos de novas tecnologias e o investimento em serviço pós-venda.

Segundo o governante, as verbas envolvem, ainda, as acções de marketing, a elaboração de estudos ou projectos de arquitectura, o registo de marcas e franquias.

O Modcom inclui, ainda, uma terceira área de apoios, os projectos de promoção comercial, que abrangem a concepção

e divulgação de imagem, os suportes promocionais e a contratação de animadores, a produção de roteiros e catálogos, a publicidade, o aluguer de equipamentos e a certificação das despesas elegíveis.

A decisão sobre os projectos cabe a uma Comissão de Investimentos constituída pela Direcção-Geral de Empresa, pelo IAPMEI, pelo gestor do PRIME e pelos directores Regionais de Economia. A Direcção-Geral de Turismo estará igualmente representada nas matérias relativas à gestão global do Fundo.

J. C. C. B.

INCENTIVOS À MODERNIZAÇÃO DO COMÉRCIO

Objectivos

O Modcom visa a modernização e a revitalização da actividade comercial, em especial, em centros de comércio com predomínio do comércio independente de proximidade, em zonas urbanas ou rurais, bem como a promoção de acções dirigidas ao comércio.

Quem se pode candidatar

Micro e pequenas empresas, desde mercearias a retrotrias localizadas em espaços tradicionais. O formulário de candidatura está disponível em www.iapmei.pt (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Investimento). Serão financiadas 2000 empresas.

Tipos de candidaturas

Autónoma, para projectos individuais entre os 10 mil e 35 mil

euros, que serão financiados a 35 por cento. Integrada, para um estabelecimento com pontos em comum (espaço geográfico ou área de negócio, etc.), com um orçamento máximo de 40 mil euros, recebendo 40 por cento deste valor. Associativa, para as estruturas do sector fazerem promoção, sendo-lhes atribuído 60 por cento da verba envolvida e que não pode exceder os 60 mil euros.

Duração do subsídio

É um fundo sempre em aberto. Nesta primeira fase, acaba quando se esgotarem os 20 milhões de euros. Os candidatos podem apresentar projectos a desenvolver em três anos e num valor máximo de cem mil euros.

Entidades responsáveis

A Direcção-Geral de Empresas analisa os projectos e o IAPMEI acompanha as acções.

É FUNDAMENTAL MOBILIZAR TODO O ELEITORADO SOCIALISTA

Se o candidato da direita fosse eleito, o país correria o risco de sofrer “uma enorme instabilidade”, alerta Mário Soares, sublinhando que o seu objectivo central é “garantir a estabilidade política” e o “regular funcionamento das instituições”. Em entrevista ao “AS”, o antigo chefe de Estado afirma ter “muito orgulho” que a sua candidatura, que é nacional, seja apoiada pelo PS, e considera “fundamental” a mobilização de “todo o eleitorado socialista” para obrigar a uma segunda volta e, assim, impedir o regresso do “cavaquismo”.



Como tem sentido o evoluir da campanha eleitoral?

A crescer, sem dúvida alguma. O apoio popular, espontâneo e entusiástico, contrasta claramente com as sondagens que têm vindo a ser publicadas, também elas com resultados contraditórios entre si. Parece ser um mistério que só será desvendado no dia 22 de Janeiro. O acto eleitoral é a única e verdadeira sondagem que me interessa.

É porque Soares continua fixe?

Também por isso, certamente. Mas, sobretudo, porque tenho exposto os meus argumentos com clareza e sem subterfúgios. Em democracia, um político responsável deve ser claro e frontal. Não deve dissimular as suas ideias, nem esconder os seus apoios. Toda a gente sabe o que penso, o que fiz e o que farei no exercício do cargo de Presidente da República se, como espero, voltar a ser eleito. Por outro lado, tenho muito orgulho que a minha candidatura, que é nacional, seja apoiada pelo Partido Socialista.

Está confiante na passagem à segunda volta e no seu regresso a Belém?

Claro que estou confiante. É por isso que me bato. Quero passar à segunda volta e vencer o candidato da direita. Os combates políticos devem ser travados com coragem e confiança. Só é vencido quem desiste de lutar.

Tem feito de Cavaco Silva o alvo de todos os ataques. Porquê?

Cavaco Silva é o meu único adversário nesta eleição crucial para o rumo da nossa democracia e para o futuro de Portugal. Como tenho vindo a alertar, não é tanto a pessoa do candidato da direita que está em causa, mas sim o «cavaquismo», ou seja, o conglomerado de interesses contraditórios e perigosos que constitui a base fundamental da candidatura de Cavaco Silva. É fundamental puxar pela memória e relembrar o que foram os dez

anos de «cavaquismo», que, como se sabe, acabaram mal, com o «tabu» e a «fuga» do então primeiro-ministro e a sua derrota na eleição presidencial de 1996.

Em seu entender o candidato Cavaco não tem uma leitura correcta dos poderes presidenciais. Qual o perigo potencial que esta candidatura encerra?

Basta ler o manifesto eleitoral do candidato da direita para perceber que grande parte das promessas que faz e dos compromissos que assume configuram um autêntico programa de governo, que não se coaduna com os poderes que a nossa Constituição confere ao Presidente da República. Pelo contrário, excede-os e contraria-os largamente. Esse é o verdadeiro perigo. Se Cavaco Silva fosse eleito, o país correria o risco de sofrer uma enorme instabilidade, que se traduziria, mais cedo do que tarde, numa crise política e social que viria a acrescentar-se à crise económica e financeira que o País está a enfrentar e tem de vencer. É isso que está em causa nesta eleição.

Qual o seu comentário relativamente à ideia lançada por Cavaco de que devia haver um secretário de Estado para as empresas estrangeiras?

É uma prova cabal, entre muitas, de que o candidato da direita, se porventura viesse a ser eleito, não resistiria à tentação de se sobrepor ou substituir ao primeiro-ministro e ao Governo, numa perigosíssima deriva presidencialista, ao arripio da Constituição em vigor.

Na mensagem que Cavaco tenta passar para o eleitorado há a sublinhar mensagem de que só pretende ajudar Sócrates a partir de Belém. Isto não é pura hipocrisia?

O tipo de ajuda que o candidato da direita se propõe dar ao Governo é muito perigoso, porque excede largamente os poderes do Presidente da República, como já expliquei. Convirá lembrar, aliás, que, numa entrevista

recente à Rádio Alfa, Cavaco Silva foi muito claro ao afirmar que só apoiaria as medidas tomadas pelo Governo que coincidissem com as suas próprias «ambições para Portugal». Que faria ele se elas não coincidissem? E também afirmou, numa outra entrevista, que duas pessoas inteligentes e sensatas só poderão estar de acordo — o que é completamente falso, como toda a gente sabe, sobretudo numa sociedade democrática, aberta, livre e plural, como é aquela em que vivemos.

Porque é que tem vindo a defender a necessidade de serem públicos os apoios financeiros recebidos pelas candidaturas?

Porque, em democracia, um político responsável não deve esconder os seus apoios nem dissimular as suas ideias. Compreenderíamos melhor o significado — e o risco — da candidatura de Cavaco Silva, se ficassemos a saber quem a financia. Cavaco Silva tem medo de quê? Por que é que se recusa a revelar, em tempo útil, os seus apoios financeiros?

Entre as candidaturas da esquerda, como encara, particularmente, a de Manuel Alegre?

Não questiono o direito constitucional que Manuel Alegre tem de se candidatar, nem o considero um adversário. Mas ainda não consegui perceber os objectivos da candidatura dele. Não são claros. Diz que os partidos políticos não devem ter o monopólio das candidaturas. Mas ele também não tem o monopólio da cidadania. Manuel Alegre já admitiu, publicamente, que teria aceite o apoio do Partido Socialista, se este lhe tivesse sido concedido.

Quais as novidades que tem para um novo mandato presidencial?

O meu objectivo central é garantir a estabilidade política, o equilíbrio de poderes e o regular funcionamento das instituições democráticas. É um objectivo que me parece indispensável, numa conjuntura de

“O acto eleitoral é a única e verdadeira sondagem que me interessa

Se Cavaco Silva fosse eleito, o país correria o risco de sofrer uma enorme instabilidade

O tipo de ajuda que o candidato da direita se propõe dar ao Governo é muito perigoso, porque excede largamente os poderes do Presidente da República

O meu objectivo central é garantir a estabilidade política, o equilíbrio de poderes e o regular funcionamento das instituições democráticas

Tenho muito orgulho que a minha candidatura, que é nacional, seja apoiada pelo Partido Socialista

crise como esta que estamos a atravessar, em que as mudanças são inevitáveis. Mas o meu mandato será, também, um tempo de reflexão e debate sobre os problemas centrais do país. Por isso me comprometi a tomar uma série de iniciativas, entre as quais destaco as «Presidências de Proximidade» — muito diferentes das «Presidências Abertas» e mais concentradas sobre sectores específicos — e as «Jornadas para o Futuro» — dedicadas à reflexão e debate sobre temas cruciais para o desenvolvimento sustentável, a modernização do Estado, da Sociedade e da Economia. Levarei a cabo iniciativas como, por exemplo, «O Presidente na Escola», «O Presidente nas Empresas», «O Presidente e a Credibilização das Instituições», que anunciei publicamente na declaração formal que fiz em 2 de Janeiro de 2006, sob o lema «Com os Portugueses, por Portugal».

No princípio da campanha, a sua idade foi vista como um handicap. Acha que este ponto está ultrapassado?

Sou o único dos candidatos que tem estado sempre na rua, de manhã à noite, em permanente contacto com as populações, desde há três meses. Quem duvidava das minhas capacidades físicas e intelectuais não tinha, nem tem, qualquer razão para se preocupar. Tanto a minha saúde física como a minha saúde política estão intactas, como se vê.

Qual a mensagem que gostaria de deixar aos militantes socialistas nesta entrevista ao “AS”?

A mobilização de todo o eleitorado socialista, no próximo dia 22 de Janeiro, é fundamental para obrigar a uma segunda volta e, assim, rejeitar o regresso do «cavaquismo». É indispensável impedir que a direita concentre a desforra política pela qual tanto anseia, desde a tremenda derrota política que sofreu nas eleições legislativas de Fevereiro de 2005. Confio nos socialistas. Confio nos portugueses.

SOARES PRONTO PARA

Imparável e determinado, numa campanha dinâmica e intensa marcada pela espontaneidade dos afectos em diálogo – como o prometera ao anunciar a sua candidatura presidencial –, Mário Soares garante voltar a derrotar sondagens e “velhos interesses ilegítimos” pela mesma razão de sempre: Portugal.

Aos que o definiram desde o começo desta nova batalha eleitoral como um homem de “idade respeitável”, o candidato demonstrou claramente que aos 81 anos tem a energia para fazer uma campanha de proximidade com as pessoas, percorrendo o país de lés-a-lés e perfilando-se como o único candidato da esquerda que pode e vai derrotar a direita nas presidenciais.



Num comício que encheu o Coliseu do Porto e em que estiveram presentes ministros e todos os principais dirigentes socialistas portugueses, bem como o mandatário da candidatura, Sobrinho Simões, Mário Soares apontou mais uma vez para a abstenção como o seu “grande inimigo” na corrida a Belém, ao longo de um discurso em que reivindicou também o fim das escutas telefónicas desregradas. Soares referiu-se ao episódio do registo de telefonemas de altas figuras do Estado no âmbito do processo Casa Pia, divulgado recentemente pela imprensa, para deplorar o “imbróglío que se está a construir à volta da Justiça” e manifestar a sua confiança nos magistrados portugueses.

Confiante na capacidade de Portugal superar a crise que atravessa, o ex-Presidente da República manifestou-se igualmente convicto de que se está “a dar um clique na cabeça dos cidadãos” em relação às eleições, lançando de seguida um apelo generalizado ao voto. “Vocês têm a responsabilidade de mobilizar os vossos amigos e as vossas famílias, porque o nosso grande inimigo chama-se abstenção e é preciso que todos vão votar. Se todos forem votar, o povo é invencível”, afirmou.

Empolgado perante uma assistência completamente lotada, o fundador do PS advogou ser o candidato em melhores condições para “mobilizar o país para sair da cepa torta”.

Afirmando-se “acima de tudo um homem das liberdades” e alguém capaz de “cumprir e fazer cumprir a Constituição”, referiu-se à próxima presidência portuguesa da União Europeia – a iniciar-se no segundo semestre de 2007 –, advogando que Portugal tem de “saber levantar a voz na Europa” e deve valorizar a Estratégia de Lisboa junto dos seus parceiros europeus.

Já na acção de campanha por Santo Tirso, Soares salientou que o seu adversário apoiado pela direita “está a passar do triunfalismo à dúvida metódica” ao admitir a possibilidade de ter de disputar uma segunda volta nas eleições presidenciais.

“É uma confissão importantíssima”, disse.

Antes de um encontro com dirigentes do PS, Mário Soares esteve na feira e mercado da Trofa, onde foi alvo uma recepção entusiástica por parte dos populares.

Subindo agilmente para uma carrinha, pegou no megafone e falou aos apoiantes, agradecendo-lhes em tom entusiasmado: “Vocês dão-me ânimo para continuar em frente”.

“Cavaquismo” nunca mais

Um pouco por toda a parte, Mário Soares alertou para o facto da eleição do candidato da direita a Belém significar o regresso do cavaquismo e, com ele, da “deriva autoritária” e do “abuso de poder”. Assim, num concorrido comício em Portalegre, onde descreveu este eventual cenário como “muito grave” e dominado por “interesses ilegítimos”, o candidato afirmou-se apostado em evitar uma reedição do cavaquismo na presidência da República. Insistiu, pois, na necessidade de se eleger um chefe de Estado “com moral, ética, que não dependa de ninguém, assegure a solidariedade com o Executivo e com os tribunais e seja capaz de evitar conflitos sociais”.

Ao seu principal adversário o fundador do PS dirigiu críticas directas por “nunca ter reconhecido personalidades como Sá Carneiro, Francisco Pinto Balsemão, Mota Pinto ou Fernando Nogueira” e por “só ter deixado falar uma vez Marques Mendes

num comício”. Empolgado por sentir “um dinamismo inesperado” que se traduz num crescendo de apoios patente em cada comício e no ambiente de festa espontânea que se cria nos lugares por onde passa, o candidato presidencial apontou o facto de Cavaco estar a perder terreno até nas recentes recolhas de opinião divulgadas pela Comunicação Social.

Em Castelo Branco, perante um milhar de pessoas, avisou: “Não há candidatos que se transformem em vencedores por via das sondagens ou propaganda. Quem vota é o povo”, numa das frases mais aplaudidas da sua intervenção no maior comício da campanha.

Recepção apoteótica na Guarda

No final de uma jornada de campanha pelo distrito da Guarda, onde foi recebido de forma muito calorosa e levado em ombros pelas populações, Mário Soares relacionou um alerta veemente para os “interesses ilegítimos” que estão por trás do cavaquismo.

“O que me assusta não é Cavaco Silva, mas sim o cavaquismo, o que me assusta são os interesses ilegítimos que estão por trás do cavaquismo”, afirmou o candidato no auditório do Centro de Congressos de Aveiro, completamente cheio.

“Felizmente os portugueses pensam pela sua própria cabeça e não se deixam enganar”, declarou de seguida, tecendo depois duras críticas ao modelo político defendido pelo antigo líder do PSD.

Segundo o fundador do PS, a eventual eleição de Cavaco pode levar, dentro de pouco tempo, à dissolução da Assembleia da República e à demissão do Governo de Sócrates.

Lembrando aos portugueses o que foi “uma década de cavaquismo”, advertiu

que a sua reedição seria “sinónimo de instabilidade política, conflitos institucionais, instabilidade social e problemas sociais gravíssimos”.

Na mesma ocasião, o dirigente socialista António Vitorino afirmou-se confiante numa vitória de Soares sobre as sondagens, acrescentando que o bom senso dos cidadãos levará o antigo chefe de Estado mais uma vez a Belém.

Determinado até ao fim

Já no comício de Torres Novas, Mário Soares afirmou estar “determinado em ir até ao fim” neste combate eleitoral, lançando uma séria advertência aos portugueses e evidenciando a crucialidade de que se reveste o sufrágio de 22 de Janeiro.

“Se não elegerem um homem humilde, espontâneo, que seja capaz de falar sem ler uma cartilha, que não tenha desvios autoritários e que não se deixe influenciar por poderosos, se escolherem mal, depois podem queixar-se à vontade, porque não terão uma segunda oportunidade”, disse. Rememorando as razões que o motivaram a aceitar o desafio de uma nova candidatura à Presidência da República, Soares garantiu estar na corrida a Belém “de manhã à noite e na brecha” movido pela convicção de “poder dar um contributo aos portugueses”.

Num discurso em que reforçou as suas críticas ao capitalismo selvagem e às correntes que pretendem mudar a Constituição e o sistema político, afirmou não querer “viver numa selva em que os fortes comem os fracos”.

Aos agentes económicos, o ex-chefe de Estado deixou um conselho: “Reflectam antes de se deixarem encantar por cantos de sereia” porque “ninguém tem mais necessidade de estabilidade política do que os empresários para fazer crescer as

suas empresas”.

Ainda durante o terceiro dia de campanha, num almoço com empresários realizado em Leiria, Soares acusou o seu principal adversário de não ter apresentado “uma só ideia nova com o mínimo de consistência”.

Antes, na Escola Superior de Tecnologia de Abrantes, declarou-se “preparado para todos resultados eleitorais”, assumindo desde já a responsabilidade absoluta pela sua improvável derrota eleitoral.

Candidato arrasa neoliberalismo selvagem

Numa das suas alocações mais enérgicas, o candidato presidencial denunciou que os “velhos capitalistas” do país e a Comunicação Social estão a prejudicar todos os candidatos presidenciais de esquerda e a confundir informação com propaganda.

Perante centenas de pessoas reunidas num teatro de Setúbal, num discurso categorico em que teceu duras críticas contra o neoliberalismo selvagem, Mário Soares reafirmou o compromisso de “lutar contra a pobreza, contra o desemprego e garantir os direitos dos trabalhadores” se voltar a Belém.

“Nestas eleições, Portugal inteiro sabe que a imprensa, a televisão e a rádio não têm sido imparciais”, acusou o candidato a Belém apoiado pelo PS, frisando não estar apenas a queixar-se por si, mas por todos os candidatos do seu espectro político. “Passei de pai da pátria para o grande perturbador nacional”, observou.

Ainda na cidade sadina, o ex-chefe de Estado voltou a posicionar-se categoricamente contra o capitalismo sem direitos sociais, numa intervenção pautada pelas preocupações com o desemprego, por uma frontal oposição aos salários baixos e um firme empenho

A A SEGUNDA VOLTA



um perfil humanista e que não siga uma "cartilha economicista". Ao longo do seu discurso, Soares colocou ainda em confronto o sistema de globalização neoliberal com o modelo assente nos princípios da "liberdade, igualdade e fraternidade" que defende. E teceu duras críticas aos valores do egoísmo, do "salve-se quem puder" e do neoliberalismo desenfreado e especulativo, referindo que coloca o valor das artes, da cultura e da ciência ao poder do dinheiro.

"Grandes interesses" financiam candidato da direita

Dias antes, o antigo primeiro magistrado da nação acusara o seu adversário de direita de ter uma campanha financiada pelos "grandes interesses", considerando

"O que me assusta não é Cavaco Silva, mas sim o cavaquismo, o que me assusta são os interesses ilegítimos que estão por trás do cavaquismo"

no melhoramento das aptidões dos portugueses para o trabalho.

Soares recebeu uma prolongada ovação quando procurou definir as marcas distintivas do "ser socialista", vincando não haver na sua definição uma diferença de nome, mas de alma.

"É pensar que acima da economia estão as pessoas e é pensar que a política se destina às pessoas e não às contas", concluiu.

Primeiro alerta contra a abstenção

O primeiro grande alerta contra a abstenção fê-lo em Beja, no arranque oficial da campanha eleitoral, altura em que qualificou este fenómeno como o "grande inimigo" da sua candidatura, prometendo continuar a fazer uma campanha intensa. "De manhã à noite, vou trabalhar de forma imparável para que possamos derrotar a direita", afirmou.

Em Beja, o candidato apoiado pelo PS apelou ainda ao voto de todos os portugueses nas eleições de 22 de Janeiro. "O voto é a arma do povo, exercida pacificamente", disse.

Antes, num almoço em Reguengos de Monsaraz, em que participaram mais de 600 pessoas, referiu que, "a pouco e pouco, há um movimento a crescer, apesar de todas as dificuldades que têm sido criadas" à sua candidatura. E reafirmou a sua forte determinação em "dar tudo até ao fim".

"Não me pouparei a esforços e vou trabalhar de forma incansável", garantiu. Ao final do dia, Soares conseguiu outro momento forte de campanha com um bom começo num auditório em Faro. Perante cerca de três mil pessoas, o fundador do PS defendeu a necessidade de se eleger como chefe de Estado alguém que diga livremente o que pensa e com

ser essa a razão pela qual Cavaco Silva não aceitava divulgar o nome dos seus principais contribuintes.

Num jantar-comício realizado em Torres Vedras, o candidato presidencial advogou a transparência e o *fair play* em matéria de financiamento das campanhas.

Já na sua passagem por Loures, o ex-Presidente tinha-se afirmado disposto a mostrar a lista de financiadores da sua campanha se Cavaco o fizesse.

Mais tarde, de regresso a Lisboa, Mário Soares contrariou posições defendidas por representantes do Ministério Público e da Polícia Judiciária, durante um debate sobre justiça promovido pela sua candidatura.

Ladeado pelo secretário de Estado Tiago Silveira, Soares criticou as "sucessivas fugas" de matérias em segredo de justiça, manifestou estranheza pela forma como se processam as escutas telefónicas e lamentou que as prisões portuguesas "sejam mais escolas de crime do que de ressocialização", reiterando ainda a sua ideia de que o caso Casa Pia "teve efeitos devastadores para o prestígio da justiça portuguesa".

Também durante o percurso que fez pela região Oeste, o fundados do PS manifestou-se convicto de poder contribuir para "dar um impulso" à recuperação económica do país, sublinhando, contudo, que o chefe de Estado "não pode ser interventivo" neste domínio.

Na Câmara Municipal da Lourinhã, onde foi recebido pelo presidente da autarquia, o camarada José Manuel Custódio, Soares comprometeu-se a organizar "um dia com o mundo rural", caso seja eleito.

A imparável onda soarista

Comprometeu-se igualmente a bater-se com "determinação absoluta" na batalha "incansável" e "imparável" que travará até

22 de Janeiro para levar o seu adversário de direita à segunda volta das eleições e aí derrotá-lo. Esta meta imediata da sua campanha reafirmou-a num jantar em Almada que partilhou com cerca de um milhar de apoiantes, ocasião que aproveitou para insistir na necessidade de serem organizados "mais debates" com o professor, e defender ainda que o cargo de Presidente da República "não é técnico", devendo por isso ser exercido por "um político que não tenha vergonha da política e se assuma como político". O chefe de Estado – acrescentou – "não se pode meter na governação", porque, caso o faça, "desautoriza o Governo ou arranja um conflito institucional se o Executivo não se deixa desautorizar".

O candidato a Belém apoiado pelo PS apontou como tarefas essenciais do primeiro magistrado da nação "a dinamização e mobilização do país para o futuro" e o "evidenciar dos grandes problemas nacionais". Questões às quais – voltou a vincar – "só um político saberá responder".

Num percurso a pé pelas ruas de Queluz em que foi acompanhado pelo mandatário local, Manuel Serrão, e interpelado por imigrantes, o antigo Presidente evidenciou a sua preocupação por ver "tanta gente desocupada", apelando ao empenho de todos na luta por uma maior coesão social, "que tem de ser reforçada em contraponto a uma sociedade economicista".

Presidências de proximidade

Ainda no período de pré-campanha eleitoral, Mário Soares anunciou que pretende levar a cabo "presidências de proximidade" e "jornadas para o futuro", caso seja eleito chefe de Estado.

Entendendo a função presidencial como "pró-activa", o candidato apoiado pelo PS disse ainda querer contribuir para a "descripção das relações entre os partidos políticos" e, nesse sentido, revelou que irá "institucionalizar a realização de encontros periódicos com os partidos com assento parlamentar".

Numa conferência de imprensa realizada no final de uma reunião da Comissão Política da sua candidatura, Soares defendeu que os cidadãos devem "ter visibilidade e voz, nomeadamente as minorias" e que o papel do Presidente é ir de encontro a essas necessidades.

Se sair vitorioso no sufrágio de domingo, o candidato quer substituir o actual modelo das presidências abertas – que considera "esgotado" – por "presidências de proximidade".

O novo modelo, explicou, pretende ser "menos formal", com menos "pompa e circunstância" e assegurar um contacto mais directo com a população.

Com o objectivo de mobilizar as energias nacionais, o fundador do PS quer realizar ainda as "jornadas para o futuro", duas vezes por ano, que serão reuniões de reflexão e debate sobre temáticas cruciais para o desenvolvimento do país. Terão como convidados especialistas nas diversas áreas em questão e as conclusões serão publicadas em livro.

MARY RODRIGUES

ESQUERDA SÓ VENCERÁ CONCENTRANDO VOTOS EM SOARES



"A única forma da esquerda democrática vencer as eleições presidenciais é concentrar os seus votos em Mário Soares". Este o apelo deixado por José Sócrates, secretário-geral do PS, perante uma casa cheia de apoiantes da candidatura do antigo chefe de Estado reunidos no Coliseu do Porto, onde defendeu que "o voto natural dos socialistas é no fundador do partido".

Com Soares sentado na primeira fila da plateia, Sócrates entrou no palco apoiado em duas muletas, evidenciando que a lesão que tem no joelho – fruto de uma queda quando fazia esqui na Suíça – não atenua o seu empenho na campanha eleitoral porque é o candidato apoiado pelo PS "quem melhor personifica os valores da esquerda democrática, os valores da tolerância e da liberdade".

"Se alguém pensou que ia meter baixa médica nesta campanha eleitoral, enganou-se", disse, provocando uma enorme ovação.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro aproveitou também para desfazer "alguns equívocos" sobre os objectivos do Executivo em relação às eleições presidenciais. "Procura-se identificar qual o candidato que serve melhor ao Governo. Só que o Presidente da República não é eleito em função das conveniências do Governo, mas em função das conveniências do país", contrapôs, acrescentando que "Mário Soares é o chefe de Estado que mais convém a Portugal".

M.R.

IGUALDADE DE GÉNERO PASSA POR "REVOLUÇÃO DAS MENTALIDADES"



Perante cerca de meio milhar de mulheres reunidas na antiga FIL, o candidato presidencial Mário Soares defendeu que o problema da igualdade de género "só se pode resolver com a revolução das mentalidades masculinas".

No jantar-debate realizado em Lisboa, o fundador do PS apelou às suas apoiantes para que trabalhem em conjunto "no sentido de uma igualdade efectiva, não só na lei, mas também na realidade prática, na sociedade".

Sempre muito aplaudido pela plateia feminina, Soares disse querer "ouvir os portugueses, poder falar com eles e ter diálogos interactivos", salientando não se conformar com o facto de Portugal ser o país da União Europeia com mais desigualdades. O fundador do PS recebeu uma grande ovação quando disse que o nosso país "deveria ter uma mulher como Presidente da República".

"Já tivemos uma candidata, Maria de Lourdes Pintasilgo, mas tenho que me autopuniteniar, porque foi eu que a venci nas eleições presidenciais de 1986", referiu. Na mesa de honra do jantar, sentaram-se a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, a eurodeputada Edite Estrela, a mandatária da sua candidatura em Lisboa, Maria João Seixas, a presidente da Comissão para a Igualdade dos Direitos das Mulheres, Elza Pais, a grã-mestra da Maçonaria Feminina Portuguesa, Maria Belo, e a mandatária nacional para a juventude da sua candidatura, Joana Amaral Dias.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA TEM NOVO PRESIDENTE

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, nomeou para o cargo de presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), o professor João Sentieiro, catedrático do Instituto Superior Técnico.

Na cerimónia de posse, o novo presidente considerou como objectivos principais da sua gestão a análise das práticas de avaliação de projectos e de bolsas e a introdução de alterações que se revelem, como classificou, "adequadas a uma maior transparência, exigência e justiça".

João Sentieiro adiantou ainda que a melhoria dos sistemas de avaliação e financiamento das unidades de investigação e desenvolvimento será outra das suas preocupações, garantindo ainda tornar mais regulares os concursos para a FCT, a par de uma mais eficaz divulgação dos calendários e procedimentos que permitam às instituições, "planear a sua actividade de investigação" de forma mais atempada.

Para que o projecto se possa concretizar, o presidente da FCT apelou à estabilidade das políticas científicas em Portugal, não deixando de elogiar o actual Governo do Partido Socialista e o ministro Mariano Gago em particular, pelo aumento de 17 por cento no orçamento destinado à ciência e à tecnologia.

Sublinhando a excelente postura do actual Executivo, liderado por José Sócrates, em relação às áreas da ciência e da tecnologia, que se traduz, como sublinhou, "numa afirmação concreta e não retórica do actual Governo socialista na criação de efectivas condições de suporte nas mudanças estruturais necessárias à modernização da nossa economia", João Sentieiro garantiu que

a sua vontade e determinação aponta no sentido de ajudar a superar o atraso científico e tecnológico que ainda se regista em Portugal, promovendo e acelerando o crescimento e a qualidade da ciência, a qualificação dos recursos humanos, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

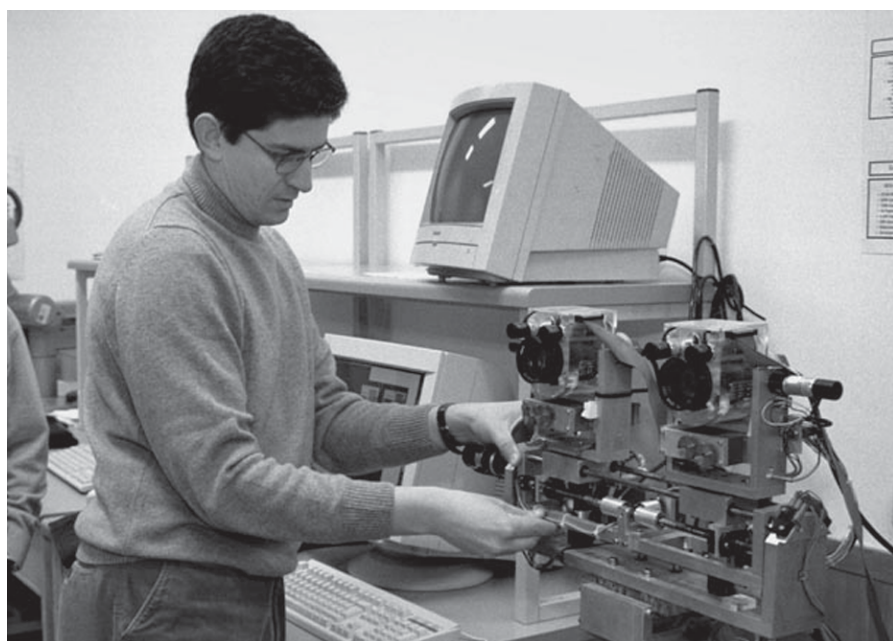
Também o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, reafirmou a importância do reforço e a atenção especial que o Governo quer consagrar às qualificações e ao desenvolvimento científico e tecnológico, classificando estas premissas "como uma das mais importantes prioridades políticas do Executivo socialista."

As metas fixadas no programa do actual Governo e reproduzidas no Plano Tecnológico e na contribuição de Portugal para o cumprimento da Estratégia de Lisboa, são a este respeito, para Mariano Gago, "inequívocas" e sem qualquer margem de dúvidas.

Para o titular da pasta da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, este tema assume maior relevância, precisamente porque coincide, como referiu, com um período particularmente especial que o país atravessa, de "indispensável reestruturação da administração pública e da própria estrutura de despesas do Estado", razão pela qual, lembrou ainda Mariano Gago, o Governo está a assumir como uma prioridade o reforço das qualificações e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Promover a investigação

Herdeira da Junta Nacional de Investigação, Ciência e Tecnologia (JNICT),



a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) prossegue e aprofunda o caminho percorrido desde 1967 por aquele que foi o primeiro organismo criado em Portugal com vocação para a área da investigação científica e tecnológica. Criada em 1999, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia tem como principal vocação a promoção da investigação científica e o desenvolvimento tecnológico nacionais através do financiamento de bolsas, projectos e instituições de investigação científica. A FCT constitui-se do ponto de vista jurídico como uma pessoa colectiva de

direito público dotada de autonomia administrativa e financeira, fazendo parte integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, com responsabilidades nos domínios da promoção, acompanhamento e avaliação de instituições, programas e projectos de ciência e tecnologia e da formação avançada e qualificação de recursos humanos nas áreas tuteladas pelo Ministério.

A FCT detém um papel essencial na concretização da política nacional de formação avançada e de reforço do emprego científico em Portugal, como

ainda no apoio à condução de políticas públicas específicas e na incorporação do conhecimento científico e técnico, e dos métodos e resultados da investigação, na sua execução, nomeadamente em articulação com outras entidades. É ainda da responsabilidade deste organismo a identificação exploratória de áreas emergentes e a definição de objectivos e de instrumentos que permitam criar competências nessas áreas, para além do estímulo à criatividade e à autonomia dos investigadores mais jovens.

R.S.A.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

CRIADA FIGURA DE CONTROLADOR FINANCEIRO

Visando reforçar o controlo da execução orçamental levada a cabo pelos serviços e entidades dos diversos ministérios, o último Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que cria a figura do controlador financeiro, à semelhança do que sucede nas grandes empresas privadas e segundo as melhores práticas administrativas.

Pretende-se, desta forma, com a intervenção do controlador financeiro, particularmente premente nas despesas de montante elevado e de certa natureza, melhorar a eficiência das áreas ministeriais em que este irá actuar, nomeadamente, implementando procedimentos de gestão financeira mais adequados, tendo em vista a consolidação de uma estratégia de redução da despesa pública.

O controlador financeiro reporta ao ministro das Finanças e ao ministro da área ministerial em que se insere com referência a uma carta de missão, nos termos previstos no estatuto do pessoal

dirigente da Administração Pública, que estabelecerá os objectivos e o compromisso da sua actuação.

Assim, a missão do controlador financeiro consiste em dar apoio ao ministro das Finanças e ao ministro da área no acompanhamento da gestão financeira e orçamental, nomeadamente na implementação de procedimentos de gestão financeira eficientes; na identificação e comunicação das tendências de risco para os objectivos de consolidação das finanças públicas; e no acompanhamento do cumprimento das obrigações financeiras das entidades públicas para com terceiros.

São também atribuições do controlador financeiro a identificação antecipada de todas as iniciativas com impacto financeiro relevante de forma a alertar atempadamente para os respectivos problemas e desvios; e a execução do programa a cargo do seu ministério, no quadro orçamental em vigor e, designadamente, em conformidade com



as metas e objectivos com impacto orçamental definidos no Programa de Estabilidade e Crescimento.

As competências do controlador financeiro abrangem ainda os domínios do planeamento, na vertente exclusivamente orçamental, da execução orçamental e assunção de compromissos, da prestação de contas e das obrigações de reporte.

O controlador financeiro exerce as suas funções em regime de exclusividade e possui um estatuto equiparado ao de director-geral, em matéria de remunerações, incompatibilidades, impedimentos e inibições.

No exercício da sua função, o controlador financeiro não dispõe de estrutura de apoio própria, podendo, contudo, socorrer-se do apoio técnico da Direcção-Geral do Orçamento, em particular das respectivas delegações, bem como das entidades abrangidas pelo seu âmbito de actuação, sempre que tal se mostrar necessário.

MEGA FERREIRA É O NOVO PRESIDENTE DO CCB

"A visão estratégica do Governo de lançar um plano de aproveitamento do potencial que o Centro Cultural de Belém tem" foi a condição essencial que levou António Mega Ferreira a aceitar o cargo de presidente deste importante equipamento cultural. A garantia foi dada pelo próprio, para quem a rentabilidade do potencial do CCB passa pela "perspectiva de acolher a Coleção Berardo" e por "consolidar a programação, seja no Centro de Exposições, no Centro de Espectáculos ou na área educativa".

A notícia de que Mega Ferreira seria o novo presidente do Conselho de Administração do CCB foi confirmada de seguida pela ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, numa declaração lida aos jornalistas no Palácio da Ajuda.

A governante comunicou a exoneração de João Fraústo da Silva, o convite a Mega Ferreira e a intenção



de alterar os estatutos do CCB/Fundação das Descobertas, de forma a permitir a sua abertura à sociedade civil.

Nos termos do Despacho de Exoneração, a mudança na liderança do CCB justifica-se pela "necessidade de conferir uma nova orientação, que lhe imprima uma dinâmica consentânea, por um lado, com o programa do XVII Governo, e, por outro, com as novas valências de intervenção cultural nacional e internacional".

No documento frisa-se igualmente a urgência de "definir um novo perfil de gestão" capaz de "implementar as novas orientações político-culturais". António Mega Ferreira, — que esteve dez anos como presidente do Conselho de Administração do CCB — assumirá funções como o quatro presidente do Conselho de Administração do CCB no próximo dia 6 de Fevereiro.

PERFIL

ANTÓNIO MEGA FERREIRA

Lisboa 1949

Escritor, jornalista e ex-comissário executivo da Expo'98

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa, estudou Comunicação Social em Manchester.

Estreou-se no jornalismo no "Comércio do Funchal", passando depois a integrar as equipas de redacção do "Jornal Novo", "Expresso" Anop, RTP, "O Jornal" e "JL", tendo ainda colaborado com outros periódicos como o diário "Público" e a revista "Visão".

Da direcção editorial do Círculo de Leitores (1986-88), onde criou a "Ler", passou Comissão dos Descobrimentos onde fundou a revista "Oceanos".

Mais tarde, liderou o lançamento da candidatura de Lisboa para a Exposição Mundial de 1998. Administrou depois a Parque Expo, o Oceanário e o Pavilhão Atlântico. Dirigiu ainda a representação nacional na Feira do Livro de Frankfurt, em 1997.

Actualmente tem responsabilidades na comissão executiva da candidatura presidencial de Mário Soares.

TEATRO D. MARIA II COM NOVA ESTRATÉGIA

O Teatro Nacional D. Maria II (TNDM) deve integrar-se mais e melhor na Rede Nacional de Teatros, ser mais "aberto à comunidade" e apostar numa programação passível de atrair "uma pluralidade de públicos". Esta "nova linha estratégica" traçada pela Ministério da Cultura para um equipamento cultural que, segundo Isabel Pires de Lima, actual titular da pasta, está "divorciado" da população de Lisboa.

A ministra falava no passado dia 9, em conferência de Imprensa, sobre o futuro do teatro que passará a ser dirigido pelo encenador Carlos Fragateiro.

Para Isabel Pires de Lima, o TNDM não deve ser vocacionado "para um público

restrito", mas ter uma "oferta diferente do teatro independente, que também é apoiado pelo Estado".

Por outro lado, frisou, "como teatro nacional, deve servir o país e entrecruzar-se com a Rede Nacional de Teatros".

A governante disse esperar também que o palco do Nacional dê "maior relevo à dramaturgia nacional, tanto clássica como contemporânea".

"Um teatro nacional deve ter uma preocupação de preservação patrimonial mas também de promoção da dramaturgia nacional", declarou, acrescentando que o ministério pretende que o palco de Lisboa se "projecte internacionalmente, a exemplo do excelente trabalho do

Nacional de São João", no Porto.

Este objectivo, entre outros, deverá ser atingido pela nova direcção de Carlos Fragateiro.

O antigo director do Teatro da Trindade, em Lisboa, será "capaz de reconquistar público" dado o "seu capital de experiência é um potencial para o relançamento do TNDM", garantiu a ministra.

Após defender que "o D. Maria deve dar mais oportunidades aos actores", a ministra aproveitou a oportunidade para saudar o trabalho de "cinco das nossas melhores actrizes" que actualmente protagonizam no Nacional "A mais velha profissão do mundo".



CRIADA FUNDAÇÃO CASA DA MÚSICA



O Conselho de Ministros de 29 de Dezembro aprovou a criação da Fundação da Casa da Música que, com base numa parceria entre Estado, autarquias e iniciativa privada, estabelece o suporte institucional necessário à administração, gestão e actividades culturais e formativas desta instituição cultural.

Neste contexto, é criada a Fundação Casa da Música como instituição de direito privado e utilidade pública, por tempo ilimitado, tendo como fim a promoção, fomento, difusão e prossecução de actividades culturais e formativas no domínio da actividade musical.

O diploma agora aprovado estabelece também as condições conducentes à integração da Orquestra Nacional do Porto na Fundação, visando a criação de novas sinergias, para uma gestão financeira mais racional e para a constante afirmação, nacional e internacional da qualidade da referida orquestra.

A Fundação tem um património financeiro inicial de três milhões e 100 mil euros, constituído em 900 mil euros pelo Estado português, 200 mil pelo Município do Porto, cem mil pela Grande Área Metropolitana do Porto e um milhão e 900 mil euros por 38 instituições privadas.

Anualmente, será assegurada uma contribuição financeira no montante de dez milhões de euros, que pode ser reduzida quando e na medida em que esse valor, acumulado com o das receitas, exceder o valor da despesa prevista no orçamento aprovado.

MINISTRO DENUNCIA AMEAÇAS CONTRA ADMINISTRAÇÃO DO SANTA MARIA

Dirigentes do Hospital de Santa Maria, em Lisboa foram alvo de "ameaças anónimas à vida e integridade física vindas de interesses "ilegítimos e ocultos", com os quais "não há contemplação ou diálogo", afirmou o ministro da Saúde, Correia de Campos, durante a sessão pública que assinalou a transformação desta unidade e do Hospital de S. João, no Porto, em entidades públicas empresariais (EPE).

O governante revelou que as ameaças foram dirigidas ao próprio presidente do conselho de administração do hospital, Adalberto Campos Fernandes, e também aos seus familiares. "Uma ameaça a um dirigente da saúde é uma ameaça ao ministro da Saúde e ao Governo de Portugal", frisou Correia de Campos, adiantando que "há interesses ilegítimos e ocultos" a tentar resistir às mudanças que estão a acontecer no hospital.

E deixou um aviso: "Seremos inabaláveis na convicção com que lutaremos contra os interesses ilegítimos e implacáveis na sanção".

Segundo o ministro da Saúde, as autoridades competentes estão a investigar "algumas pistas e sinais" deixadas pelos autores das ameaças, algumas das quais feitas telefo-

nicamente a partir do interior da instituição.

Irregularidades sob investigação

Segundo admitiu Adalberto Campos Fernandes, várias situações "ilícitas" detectadas pela administração do Hospital de Santa Maria estarão na origem das ameaças de morte. Sem adiantar quais as irregularidades detectadas, Adalberto Campos Fernandes disse que as mesmas já foram transmitidas às autoridades.

Também a Inspeção-Geral da Saúde (IGS), em parceria com as autoridades policiais, está a investigar as alegadas irregularidades no Santa Maria, as quais poderão abranger vários serviços hospitalares, nomeadamente o aprovisionamento, onde foi detectado desvio de material e medicamentos, bem como os serviços mortuários e laboratórios de análises clínicas.

Na cerimónia, o ministro Correia de Campos sublinhou que o novo modelo dos dois hospitais universitários, S. Maria e S. João – "que representam seis por cento dos gastos da saúde" – irá permitir agilizar a contratação de pessoal, a aquisição de bens e serviços e maximizar os



recursos com uma nova forma de gestão. A transformação destas unidades

hospitalares em EPE, já publicada em "Diário da República", abrange também os 31 hospitais SA, o Centro Hospitalar

de Lisboa Ocidental, o Centro Hospitalar de Setúbal e o Centro Hospitalar do Nordeste.

CUIDADOS PRIMÁRIOS

DOIS MILHÕES DE UTENTES BENEFICIADOS COM CRIAÇÃO DE CEM UNIDADES DE SAÚDE FAMILIARES

Numa altura em que o ministério chefiado por Correia de Campos divulga as principais mudanças que serão implementadas no sector dos cuidados primários, foram abertas as candidaturas para a gestão de centros de saúde mais pequenos que os actualmente existentes. Trata-se das novas Unidades de Saúde Familiares (USF), que visam imprimir mais rapidez e eficiência no atendimento aos utentes.

Chegar ao final do ano com 100 USF em funcionamento é a meta traçada pela tutela da saúde pública. Este número representa quase 30 por cento do total da rede de cuidados primários, abrangendo dois milhões de pessoas, que deixarão de ser atendidas nos centros de saúde de grandes dimensões para passar a visitar o médico de família em espaços mais pequenos e próximos. Cada USF exige obrigatoriamente três a oito médicos, uma equipa de enfermeiros e administrativos de forma a atender uma população de quatro mil

a 18 mil pessoas. Segundo o coordenador da Missão para os Cuidados de Saúde Primários (MCSP) – estrutura que funciona na dependência directa do Ministério da Saúde e faz a condução do projecto global de lançamento, coordenação e acompanhamento da estratégia de reconfiguração dos centros de saúde e implementação das unidades de saúde familiar –, poderão ser criadas várias USF dentro do mesmo edifício já existente. Inspiradas nos Regimes Remuneratórios Experimentais, as USF distinguem-se



não só pelas dimensões espaciais, mas também pelo pagamento que é feito aos profissionais que nelas trabalham. Os médicos deixam de receber um ordenado fixo e passam a ser pagos pelo número de utentes que acompanham e pelas características destes. A definição dos incentivos e do sistema retributivo cabe ao MCSP, após elaboração do respectivo diploma. O Governo prevê dar a conhecer, ainda este mês, os serviços básicos obrigatórios que cada Unidade de Saúde

Familiar terá de prestar, bem como os indicadores de qualidade a obedecer (demora média de atendimento, número de consultas ou visitas ao domicílio). "Esperas de horas por uma consulta à porta do centro serão totalmente banidas", garante Luís Pisco. As candidaturas que entretanto forem apresentadas para a gestão de USF serão avaliadas pela Estrutura de Missão em conjunto com as Administrações Regionais de Saúde. Por outro lado, a possibilidade destas

valências serem geridas por privados deverá esperar pela criação de nova legislação.

Orientação para resultados

As Unidades de Saúde Familiar inspiram-se no Regime Remuneratório Experimental (RRE), um modelo em vigor desde 1998 e que determina que os médicos sejam pagos por produtividade.

Funcionam actualmente 18 RRE, localizados na sua grande maioria no Norte do país.

Segundo a Direcção-Geral de Saúde (DGS), os centros em RRE "produzem mais, melhor e com custos mais baixos". Estas valências experimentais realizam mais 22 por cento de consultas e mais 14,9 por cento de visitas domiciliárias do que os centros de saúde tradicionais. Enquanto um médico acompanha em média 1774 utentes nos RRE, nos centros de saúde o número só chega às 1639 consultas.

Para os responsáveis da DGS, a explicação para estas discrepâncias reside na motivação dos profissionais e na orientação do seu trabalho para resultados.

SEGURANÇA SOCIAL

COMBATE ÀS BAIXAS FRAUDULENTAS GERA POUPANÇA DE 9,4 MILHÕES DE EUROS

Uma em cada três baixas médicas este ano foi considerada fraudulenta e viu o respectivo subsídio cancelado, contribuindo para aumentar em 4,6 por cento as verbas para a Segurança Social. Este é o resultado da mudança do sistema de fiscalização de baixas implementado pelo ministério liderado por Vieira da Silva.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, uma em cada três acções de fiscalização domiciliária às baixas por doença "resultou na cassação ou suspensão do subsídio", tendo o mesmo acontecido a uma em cada quatro pessoas chamadas a uma Junta Médica.

No total, no âmbito do Plano de Combate à Fraude e Evasão Contributiva e Prestacionais foram já detectadas este ano mais de 41 mil pessoas com baixas fraudulentas, representando uma poupança para a Segurança Social de 9,4 milhões de euros.

Foram efectuadas mais de 20 mil acções de fiscalização a baixas nos domicílios, tendo sido localizadas em situação ilegal 6702 pessoas, 33 por cento do total. As acções de fiscalização domiciliária quase que duplicaram num ano, o que permitiu poupar mais de 1,6 milhões de euros.

Por sua vez, foram convocados a uma

Junta Médica 89 mil cidadãos que se encontravam de baixa. 22 mil das quais estavam em situação fraudulenta, ou seja, 25 por cento do total dos casos. Estas acções resultaram numa poupança superior a 6,4 milhões de euros.

Com as mais de 112 mil convocatórias por baixas médicas efectuadas este ano foram ainda suspensos 12.790 subsídios por doença, ou seja, 11 por cento do total, representando um ganho para o Estado de mais de 1,2 milhões de euros. De acordo com a execução orçamental da Segurança Social, entre Janeiro e Outubro deste ano, a despesa com subsídios de doença foi de 391 milhões de euros, menos 2,9 por cento em relação ao mesmo período do ano passado.

Com o novo sistema de fiscalização de baixas, que entrou em vigor em Abril, as acções de fiscalização nas baixas por doença deixaram de ser feitas aleatoriamente. O novo sistema tem em indicadores de risco, como, por exemplo,



baixas de longa duração ou duplicação de baixas, permitindo assim uma selecção de casos e aumentando a eficácia. Por outro lado, também o pagamento de

dívidas pelos 281 mil trabalhadores independentes e 150 mil empresas em falta notificados pelos serviços permitiram ao Estado arrecadar 107,8

milhões de euros até Novembro, a que o ministério soma a estimativa de, no final do ano, obter quase 113 milhões relativos a dívidas em fase de execução.

SOCIALISTAS CONTRA REVOGAÇÃO

TAXA MODERADORA É INDISPENSÁVEL À SUSTENTABILIDADE DO SNS

Os deputados do Partido Socialista acusaram a bancada comunista de ceder a uma "lógica política populista" e "desinserida da realidade" após esta ter apresentado na Assembleia da República um projecto de lei visando a revogação das taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Para o deputado do PS Jorge Almeida, a proposta do PCP obriga a uma reflexão abrangente sobre política de saúde e sobre a filosofia e concepção de um modelo universal, geral, justo, equilibrado, "mas também pedagógico e materialmente sustentado".

"A moderação do consumo de cuidados é um imperativo de respeito pelos direitos de todos aqueles que raramente utilizam os serviços de saúde públicos, mas que a todo o momento podem necessitar deles e a quem há que garantir um rápido acesso", defendeu o deputado, lembrando que "a regulação da procura, reduzindo a apetência pela utilização excessiva dos serviços sem justificação clínica comprovada, é também uma obrigação do Estado, como garante da

manutenção de recursos financeiros, técnicos e humanos e da aplicação da equidade para todos os potenciais utilizadores do Serviço Nacional de Saúde".

Contrariando a ideia invocada pelos comunistas da existência de uma permanente degradação dos serviços de saúde públicos, Jorge Almeida afirmou que nas últimas décadas "o país deu um salto gigantesco" e "continua ano a ano com indicadores de ganho na esperança de vida à nascença, na percentagem de população com mais de 65 anos, na mortalidade infantil, na mortalidade perinatal, apresentando números que nos colocam já bem acima de muitos países economicamente desenvolvidos, relativamente aos quais o nosso atraso, há 25 anos, era enorme". Por outro lado – disse – "todos os dados estatísticos recentes confirmam que o volume de actos médicos e cirúrgicos tem vindo a aumentar paulatinamente, tanto em número de cirurgias, como de consultas nos centros de saúde e nos hospitais, assim como a redução do



tempo médio de espera por uma consulta externa hospitalar. Neste ponto, o deputado saudou ainda o que descreveu como "um avanço de grande importância na medicina

familiar", referindo-se à criação das Unidades de Saúde Familiares que visam proporcionar uma mais rápida e qualitativa resposta às necessidades dos doentes, melhores condições de trabalho

para os profissionais e uma gestão mais racional e eficiente dos cuidados prestados

Segundo Jorge Almeida, "é na lógica da exigência da melhoria funcional dos serviços que a preocupação do PCP deveria incidir e não na fácil, barata e potencialmente desreguladora medida da gratuidade total, que, vincou ainda, "não produz algum tipo de ganho em saúde" e "aumenta o risco de actos médicos espúrios e repetidos e um galopante aumento de custos".

"A taxa moderadora constitui uma comparticipação do utente no grande esforço que o estado leva a cabo para lhe proporcionar o serviço de saúde", lembrou, acrescentando que "defender o Serviço Nacional de Saúde não é abolir um montante financeiro tão irrelevante, provocar o congestionamento dos serviços, ou promover a prática da utilização excessiva, sem justificação clínica".

"Defender o SNS é dar-lhe sustentabilidade no plano funcional", finalizou.

MARY RODRIGUES

PS/BRAGANÇA ACUSA PSD DE FALTAR À VERDADE

O Partido Socialista de Bragança refuta as críticas da estrutura distrital do PSD quando os seus responsáveis afirmam que o actual Governo está alegadamente a encerrar ou a esvaziar na região os serviços desconcentrados da Administração Central.

Para os socialistas bragançinos, pela voz do seu dirigente, Mota Andrade, o que na verdade se está a passar, é exactamente o oposto. Nunca nenhum Governo do Partido Socialista, com especial destaque para o actual liderado por José Sócrates, reforça o líder do PS/Bragança, "encerrou, esvaziou ou transferiu qualquer serviço regional".

Tem sido o PSD, contra-ataca Mota Andrade, quando tem assumido responsabilidades governativas, quer no tempo de Cavaco Silva, quer no Governo de Durão Barroso, que encerrou, esvaziou ou transferiu serviços públicos localizados até então no distrito de Bragança.

E exemplos desta falta de respeito pela região, lembra ainda o dirigente socialista, não faltam: desde o esvaziamento da direcção comercial dos CTT, da delegação regional da RTP, da inspecção das actividades económica ou do Centro da Área Educativa (CAE), ou ainda da abolição de parte dos



benefícios fiscais à interioridade, do encerramento das esquadras da PSP em Torres de Moncorvo e em Macedo de Cavaleiros, ou da perda de poder de decisão, tanto nestes como em muitos outros organismos que na altura estavam localizados em Bragança, e que com os governos do PSD passaram literalmente a funcionar a maior parte deles na cidade do Porto, como foi o caso de algumas estruturas fundamentais para o bem-estar da região e da sua população ligadas ao sector da saúde e da segurança social

de escolher atacar gratuitamente o PS". Em nenhum Governo do Partido Socialista, acentua o líder socialista, foram, ou serão, encerrados ou transferidos quaisquer serviços públicos do distrito. O que se passou, lembra este dirigente socialista, "foi exactamente o inverso". Ou seja, foram criadas novas plataformas descentralizadas, "como é o caso da direcção comercial dos CTT ou da delegação da RTP", registando-se já neste Governo liderado por José

Sócrates, "a criação de um conjunto de benefícios fiscais dirigidos à interioridade".

De facto, lembra Mota Andrade, tem sido o actual Executivo socialista, "com pouco mais de 8 meses de funções governativas", que tem sabido articular os desígnios de uma convergência entre a necessidade de equilibrar as finanças públicas com o desenvolvimento económico e a coesão social e territorial. O único, que até agora, "tudo tem feito para que Portugal" num curto espaço de tempo, possa voltar a "convergir com a economia da União Europeia". Para Mota Andrade, importa realçar um conjunto de medidas positivas que o actual Governo socialista tem vindo a empreender em prol do desenvolvimento transmontano.

É o caso da construção da auto-estrada entre Quintanilha e Amarante, a construção dos troços do IP2 no distrito de Bragança, a continuação da construção do IC5, nos troços situados no distrito de Bragança, ou, a nível da saúde, a transformação dos hospitais SA, em estabelecimentos públicos empresariais, a criação do centro hospitalar do nordeste, estrutura que integra os Hospitais de Bragança,

Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Para este dirigente socialista, muitas outras medidas positivas foram entretanto já tomadas pelo Governo do PS em relação à região, e em nenhuma delas, lembra, "aparece uma única que tenha em vista ou especifique em particular, encerrar ou transferir qualquer serviço público".

É com estes dados concretos e objectivos, reforça Mota Andrade, que as populações se terão que deparar, "e não com fantasias ou puras mentiras para iludir ou enganar eleitores menos preparados", recordando este dirigente que, pelo facto de o país se encontrar em vésperas de umas eleições presidenciais, "um acto de grande significado para Portugal", nada obriga que se utilizem "falsos argumentos ou cenários imaginativos".

Trata-se pois, na perspectiva do PS/Bragança, de mera chincana política ou tentativa de instrumentalização da população por parte dos responsáveis da região de Bragança do PSD, em nada conforme nem com a realidade passada dos governos socialistas, "nem tão pouco com as medidas e opções políticas do actual Executivo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates".

R.S.A.

VALONGO

MAIORIA LARANJA NÃO TEM CONDIÇÕES PARA GOVERNAR

Os vereadores socialistas na Câmara de Valongo consideram que o PSD "não tem condições para continuar a liderar democraticamente o concelho", devendo assumir as consequências do chumbo do plano e orçamento para 2006.

"Parte-se do princípio que as pessoas têm que saber se têm meios para liderar, não os obtendo, têm de assumir as consequências", afirmou a vereadora do PS Maria José Azevedo.

A socialista falava em conferência de Imprensa, a propósito do chumbo, em Assembleia Municipal, do orçamento e plano de actividades da Câmara de Valongo para 2006.

O documento foi reprovado com 17 votos contra da oposição PS/CDU e 15 a favor da coligação PSD/CDS-PP.

Segundo Maria José Azevedo, a maioria liderada por Fernando Melo, do PSD, tem que assumir que a oposição está em maioria na Assembleia Municipal e "fazer um documento compatível" com essa situação.

Os vereadores do PS apenas poderão concordar com um eventual novo plano de actividades e orçamento se este "der resposta à situação política e económica da Câmara e social do concelho".

Uma das prioridades apontadas é a necessidade do novo documento abrir caminho "ao saneamento das contas"

da Câmara.

Contudo, Maria José Azevedo salientou que, até ao momento, a maioria ainda não anunciou se pretende elaborar outro documento, se pretende governar pelo sistema de duodécimos ou demitir-se das suas funções.

"Se fosse eu a liderar, não ficaria nestas circunstâncias e tenho dúvidas que consigam funcionar assim", disse.

Maria José Azevedo defende que "compete à equipa que ganhou democraticamente as eleições autárquicas dar resposta aos problemas".

Para a vereadora socialista, "este chumbo do orçamento reflecte os últimos 12 anos de liderança absoluta do PSD na Câmara de Valongo". E lamentou que os líderes locais do PSD e, nomeadamente, o presidente da Câmara, "não tenham entendido o sinal dado pelos cidadãos do concelho nas autárquicas e não tenham procurado mudar a política e alterar os comportamentos".

A vereadora lembrou ainda que o PSD venceu as eleições autárquicas, mas "com muito menos votos que o conjunto das outras forças políticas, menos 3191 votos para a Câmara e menos 6314 para a Assembleia Municipal".

"Se o PS pensasse apenas nos seus interesses político/partidários tinha razões para estar satisfeito e, sobretudo, tudo fazer para que esta situação se

mantivesse, porque daqui só podem resultar vantagens eleitorais no futuro", disse.

No entanto, a vereadora frisou que o PS está na Câmara "para defender, a cada momento, os interesses das pessoas" e considerou que, caso o Executivo decida governar por duodécimos do orçamento, como prevê a lei, Valongo terá "mais quatro anos de atraso e de perdas".

Despesismo alarmante

Os socialistas acusaram a maioria laranja de ignorar o estatuto do direito da oposição, não fornecendo, previamente, as propostas do plano e orçamento aos restantes vereadores e de tomar uma "atitude de arrogância e de tomada de decisões 'orgulhosamente sós'".

Considerando a situação da Câmara de "extrema gravidade", Maria José Azevedo lembrou que a "dívida do município atinge valores insustentáveis" e que "são as empresas credoras que estão a sustentar o funcionamento da autarquia".

"Os gastos com o pessoal do município são alarmantes, o despesismo e a ausência de controlo e de uma estratégia de gestão são evidentes. Com efeito, as despesas globais anuais com pessoal são iguais ao que a Câmara investe em todo o concelho durante um ano", lamentou ainda a vereadora.

PORTO

SOCIALISTAS PEDEM FIM DA "POLÍTICA DE REMENDOS" NOS BAIRROS CAMARÁRIOS



A oposição socialista na Câmara do Porto desafiou a maioria PSD/CDS a definir um programa de intervenção para os 40 bairros camarários da cidade em vez de optar pela "política de remendos".

"É possível um consenso sobre intervenções de carácter estrutural nos bairros camarários. O problema é de tal maneira grave que não se resolve com remendos", disse o vereador socialista Francisco Assis, no final de uma sessão do Executivo municipal.

A observação surgiu a propósito da aprovação, com os votos favoráveis de PSD e CDS e contrários de PS e CDU, de uma proposta de transferência de 26,8 milhões de euros para a Empresa Municipal de Habitação e Manutenção. A transferência foi aprovada numa altura em que o plano de actividades daquela entidade para 2006 ainda não foi submetido à apreciação camarária. "Nem sequer compreendemos porque é que a maioria está a evitar fazer esta discussão, uma vez que o PS e o PCP manifestam disponibilidade para gerar um consenso em torno da matéria. A não ser que não haja a mais pequena ideia do que se vai fazer", acrescentou Francisco Assis. Recorde-se que a Câmara do Porto, através da sua empresa de habitação, é a maior senhoria da Europa, com 20 mil inquilinos repartidos por 40 bairros, a maioria construídos na década de 50 e muito degradados.

CONTRA-ORDENAÇÕES AMBIENTAIS

UMA PROPOSTA DE LEI EQUILIBRADA E INOVADORA

A proposta de lei do Governo de contra-ordenações ambientais é de "capital importância" para a defesa do ambiente, para a preservação dos recursos naturais e para assegurar um ambiente de vida humana sadio e ecologicamente equilibrado, afirmou o deputado do PS Renato Sampaio.

Intervindo na Assembleia da República, Renato Sampaio não poupou elogios a esta iniciativa legislativa do Governo, que "constitui um assinalável avanço em política ambiental".

Para o deputado socialista, a existência de um regime especial de contra-ordenações ambientais justifica-se plenamente por "quatro razões fundamentais". A primeira, frisou, "é que a defesa do ambiente é uma tarefa fundamental do Estado e um dever constitucional". A segunda razão, sublinhou, prende-se com o facto do regime geral das contra-ordenações ser "manifestamente insuficiente", já que "este se baseia no princípio da culpa, quando em matéria ambiental se deve aplicar o princípio do dano".

A terceira razão, segundo Renato Sampaio, tem a ver com a dispersão dos ilícitos criminais, "existindo mesmo pelo último levantamento mais de quatrocentos ilícitos". Uma situação que, sublinhou,



"conduz a critérios variáveis de penalizações e a uma falta de visão de conjunto e global".

Já a quarta razão para haver um regime especial de contra-ordenações, apontou, radica-se no facto de nos casos de

"actividade poluidora continuada", as sanções pontuais e as coimas de valor irrisório não serem "suficientemente dissuasoras do ilícito", o que leva a que "as próprias empresas sejam tentadas a incorporar nos custos da sua actividade as sanções hoje aplicadas".

Para o deputado socialista, são estas as razões que justificam um novo quadro de contra-ordenações, que a proposta de lei corporiza, "que é inovadora no direito do ambiente", consagrando "um conjunto de princípios e medidas adaptados às novas exigências ambientais", ao mesmo tempo que "procura servir de padrão para os novos diplomas que venham a ser produzidos em matéria ambiental". Assim, conclui Renato Sampaio, esta proposta de lei "é sem dúvida inovadora e arrojada, mas suficientemente equilibrada para que da sua aplicação, quer ao nível da prevenção ou punição, resultem factores positivos para o ambiente".

Protecção da orla costeira

O ambiente voltou a ser tema de uma segunda intervenção de Renato Sampaio na Assembleia da República, desta feita para defender a proposta de lei de protecção da orla costeira, que visa

condicionar a extracção de areias, salientando que "só é possível garantir a sustentabilidade económica e social" do país, se for levada a cabo uma política que "valorize de uma forma determinada os recursos naturais e ambientais".

E sublinhou, a propósito, que "a nossa costa é sem dúvida um dos bens mais preciosos que Portugal dispõe, e é sobretudo um recurso natural do ponto de vista ambiental, económico e social, que deve ser protegido sem hesitações e com determinação".

Por isso, adiantou, face à "exploração desmedida de bens públicos, como as areias e inertes", entre outros factores que contribuem "decisivamente para a destruição definitiva da nossa orla costeira", o deputado do PS defendeu que é necessário agir no sentido da "protecção, conservação e reabilitação de tão importante espaço do território, como é o litoral".

E sustentou que a opção pela protecção, num sentido global, deverá incluir a "conservação", a "reabilitação" e a "valorização", contemplando acções que garantam "areias suficientes nas nossas praias, impeçam a erosão e permitam a renaturalização do cordão lunar".

J. C. CASTELO BRANCO

PAULA BARROS AFIRMA

NÚMERO DE ALUNOS POR PROFESSOR NÃO É O PRINCIPAL PROBLEMA DO ENSINO

Apesar de termos avançado muito, quer na qualidade, quer na organização do nosso sistema de ensino nos últimos 20 anos, não deixa de ser evidente, como salientou a deputada socialista Paula Barros, numa intervenção no Parlamento, que a situação "ainda está muito longe dos níveis de qualidade que ambicionamos como ideais".

O muito trabalho que o país e os responsáveis políticos têm pela frente, neste capítulo, salientou a deputada socialista, obriga-nos a estabelecer um verdadeiro debate sobre educação, "com a profundidade exigida por quem a assume como o sustentáculo que garanta toda a acção do presente, com o necessário conhecimento do passado, por forma a projectar um futuro de sucesso para Portugal".

É sobre este cenário que o Partido Socialista desde sempre tem trabalhado, refere, razão pela qual "temos dedicado particular atenção às análises e reflexões sobre esta problemática" com o objectivo primeiro de "fazer convergir o máximo possível as muitas variáveis em jogo". Entre estas variáveis, lembra Paula Barros, a do número de alunos por turma, assunto há muito debatido, assume

particular importância na análise do processo educativo, "mas que na nossa perspectiva, não nos parece passível de ser avaliada de forma isolada".

Desde logo, defende, porque não há convergência de resultados nos estudos empíricos, sobre a relação directa entre o número de alunos por turma e o sucesso ou insucesso escolar, e, por outro lado, porque uma boa análise sobre o sistema de educação "aconselha que nos afastemos, como aliás a experiência nos vem dizendo, da lógica fria dos números".

De facto, diz a deputada socialista, se fossemos pelo caminho puro e simples dos algarismos, constataríamos facilmente que Portugal, segundo dados da OCDE, é o país com melhores indicadores de investimento ao nível de meios, mas que em contraste é aquele que apresenta piores resultados. Ou ainda, se persistíssemos neste tipo de exame, teríamos que reconhecer que as escolas com menor número de alunos "são as que, genericamente, têm apresentado mais baixos índices de sucesso".

Todavia, este não é o caminho mais adequado, como reconhece, para se



analisar o problema e as soluções necessárias do nosso sistema de ensino. Para Paula Barros, a tónica deverá ser assim colocada, "aliás como o Partido Socialista sempre defendeu", numa avaliação globalizante da educação,

chamando à discussão todos os parceiros, particularmente os professores, "porque lhes reconhecemos a qualidade e a competência necessárias para a progressiva assumpção de autonomia na tomadas de decisões" que

tantas vezes pecam, como afirmou, "por não atenderem às diferentes realidades". Dito isto, sublinha Paula Barros, e apesar do debate sobre o rácio de alunos por professor continuar a ser um tema actual, "consideramos todavia de duvidosa eficácia que tal assunto possa, ou deva ser encarado exclusivamente através de uma determinação legal". Por isso, o PS rejeitou o projecto de lei do Bloco de Esquerda que pretendia fixar em 19 ou 20 o número de alunos por turma, no ensino não superior.

Para a deputada do PS, esta como muitas outras matérias relacionadas com a educação e o ensino, devem ficar na área da competência da gestão das próprias escolas e dos seus conselhos directivos, caminhando deste modo, "como sempre desejamos e afirmámos", para que o nível das decisões se aproxime, progressivamente, da realidade, "como garante de eficácia". Lembrando que actualmente as escolas já possuem uma autonomia relativa a esta matéria, "a definição do número de alunos por turma", Paula Barros adianta que, para o Partido Socialista, esta autonomia "deve ser alargada e jamais bloqueada por lei".

R.S.A.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

MEDIDAS PARA EVITAR ATRASOS NA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

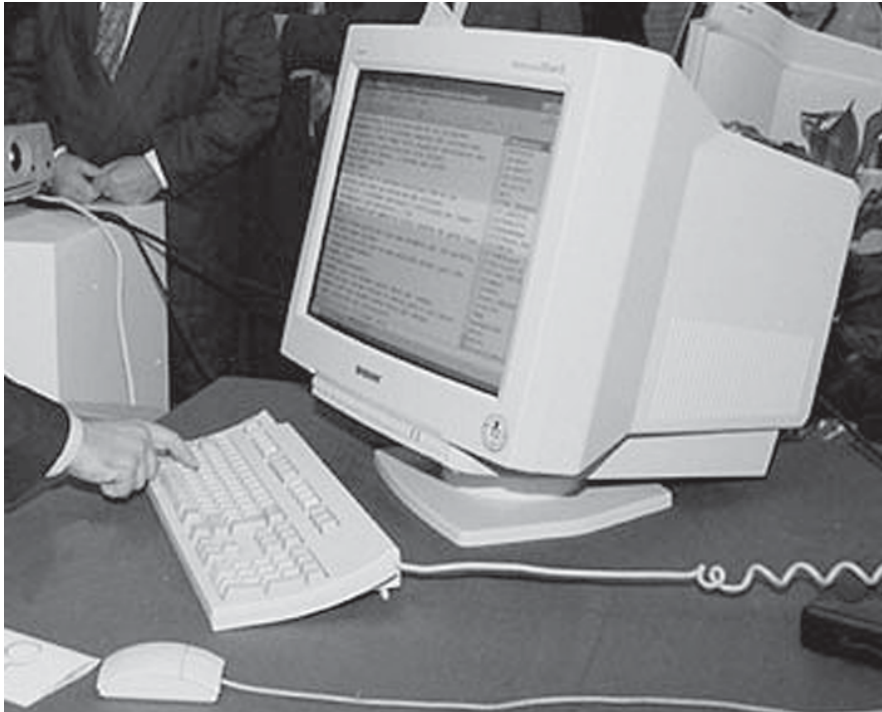
Para que não volte a suceder o mesmo que ocorreu nas últimas eleições autárquicas de Outubro, os Ministérios da Justiça e da Administração Interna vão criar duas vias alternativas de divulgação dos resultados nas próximas presidenciais de 22 de Janeiro.

Segundo o secretário de Estado da Justiça, José Tiago Silveira, esta nova metodologia passará, a partir de agora, a ser utilizada em todas as eleições que se vierem a realizar em Portugal.

Dá-se assim cumprimento, acrescenta este responsável governamental, a uma recomendação elaborada no relatório preliminar de auditoria à recolha e divulgação dos resultados das eleições autárquicas, executado pela Universidade do Minho (UM), que na altura não conseguiu encontrar a causa que levou ao bloqueamento da publicação dos dados em cerca de oito horas.

Seguindo as recomendações da UM, foram agora criadas pelo Governo dois novos sistemas da responsabilidade do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) e do Instituto das Tecnologias de Informação na Justiça (ITIJ), onde se pretende que estas duas novas vias passem a assegurar alternativas à normal divulgação dos dados, caso se venham a verificar eventuais dificuldades.

Ficou determinado e de acordo com este plano de contingência, que se vier a



constatar algum problema com a normal divulgação dos resultados eleitorais de 22 de Janeiro próximo, o ITIJ ficará com a responsabilidade de publicar esses

dados através de um meio informático alternativo, cabendo ao STAPE a tarefa de os tornar públicos por via de um mecanismo não informático, recursos

que só serão utilizados caso os sistemas primários venham a falhar.

Para o secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, com este novo

padrão pretende-se estabelecer uma mais aperfeiçoada coordenação entre os ministérios responsáveis por este processo, definindo competências, responsabilidades e estruturas de comando no que respeita ao apuramento e divulgação dos resultados eleitorais.

À Universidade do Minho caberá a supervisão e a auditoria da recolha, tratamento e divulgação dos resultados das presidenciais fornecidos pelo STAPE e pelo ITIJ, através do acompanhamento presencial do processo efectuado durante toda a noite das eleições.

Outra das medidas que o Executivo aprovou diz respeito à definição das competências a repartir entre o ITIJ e a empresa que ficará responsável pelos serviços informáticos.

Neste sentido foi já celebrado um contrato com a empresa informática escolhida pelo Governo, onde estão estabelecidas claramente quais as responsabilidades e deveres deste organismo para com todo o processo. Os ministérios da Justiça e da Administração Interna realizaram já uma reunião com os diversos representantes das candidaturas presidenciais dando-lhes notícia das medidas introduzidas de forma a evitar-se que situações como as ocorridas em Outubro passado, algo que em 31 anos de democracia nunca tinha acontecido, não se voltem a repetir.

R.S.A.

MÁRIO SOARES

A CAMPANHA A PAR-E-PASSO



www.mariosoares.net

ACOMPANHE NA NET

ARON, SARTRE E MOUNIER E A SUA INFLUÊNCIA NO PS

Nasceram os três em 1905. Cada um à sua maneira, acabaram por marcar o pensamento de uma época. No centenário do nascimento de Raymond Aron (1805-1983), de Jean-Paul Sartre (1905-1980) e de Emmanuel Mounier (1905-1950), será interessante verificar como o pensamento de cada um se foi cruzando ao longo dos anos, divergiu em direcções distintas e se reflecte, ainda hoje, no início do séc. XXI, um pouco por todo o mundo. E também em Portugal. E também nas linhas políticas portuguesas.

Raymond Aron e Jean-Paul Sartre começaram por ter muito em comum. E mesmo depois das divergências que progressivamente os foram afastando, continuaram a ter um objectivo muito próprio: estiveram permanentemente empenhados nas grandes lutas, nos grandes eventos do séc. XX.

Aron mostrou-se sempre mais visionário quanto ao futuro imediato da vida europeia. Não foi por acaso que pressentiu a ascensão do nazismo. Não foi por acaso que desde cedo preconizou que um rotundo “não” a Hitler deveria ter sido dado logo em 1936, aquando da ocupação militar da Renânia – e não apenas depois de Munique. E aqui começa uma das divergências para com o pensamento de Sartre. Este considerou desde o início que Hitler seria, apenas, mais um fenómeno transitório, como muitos outros, apesar de conter em si mesmo funestas consequências.

Com o desenvolvimento da expansão nazi, Aron refugiou-se em Londres, Sartre ficou por Paris. Depois da guerra, Sartre foi crescentemente influenciado pelo Partido Comunista, apesar de no pós-guerra ter sido um dos adeptos da chamada “terceira via”, ou seja, nem capitalismo nem comunismo. Aron, por seu turno, desde cedo que destacou as influências do que chamava as “quintas colunas” na Europa ocidental. Definitivamente, ficou do outro lado da barreira de Sartre.

Porque, para Aron, o perigo, agora, chamava-se Estaline, com a força do chamado “imperialismo soviético”, a preponderar cada vez mais no Ocidente, fruto dos poderosos partidos comunistas (com evidência para França e Itália). Para Aron, impunha-se, antes demais, restabelecer os grandes equilíbrios económicos, monetários e financeiros na Europa; depois, vinha a necessidade de restaurar o poder do Estado; finalmente, a luta contra a ideologia comunista vinda da Rússia.

Sartre mantém outro percurso. Pretende, ao longo de toda a sua vida, conciliar o que se constatou ser inconciliável, ou seja, o espírito aventureiro próprio da pequena burguesia com a militância revolucionária. E manteve-se sempre fascinado pela ideologia comunista, que considerava a mola fundamental para mudar a História.

E Emmanuel Mounier? Eis aquele que é considerado o fundador do

personalismo. Nos tempos áureos da sua intervenção, manteve críticas cerradas tanto ao chamado estatismo (enquanto situação do Estado totalitário), como àquilo que considerava as “sementes totalitárias” encerradas na democracia individualista. Como diz o povo, Mounier colocava-se na situação de “nem tanto ao mar nem tanto à terra”, quando comparado com as linhas de pensamento de Aron e de Sartre. Chegou a afirmar que com a ideologia comunista não existia qualquer acordo possível, mas, simultaneamente, mantinha que era preciso trabalhar com os partidos comunistas, por serem eles, então, uma garantia suficientemente sólida para que não se regressasse ao nazismo.

Raymond Aron apresenta(va)-se aos olhos da sociedade como um anti-comunista convicto, de ideias firmes e sempre na sua perspectiva de visionário. Já Jean-Paul Sartre mantinha a sua linha de existencialista pró-comunista, enquanto Mounier corporizava o chamado personalismo cristão.

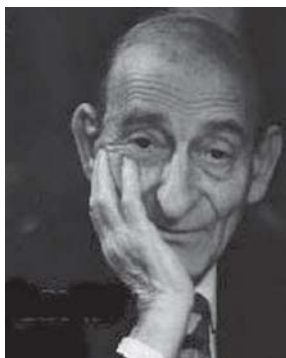
E é curioso verificar como todas estas linhas de pensamento continuam, mais ou menos acentuadamente, vertidas nos tempos de hoje. Na sociedade, na política. Na Europa, em Portugal. Nas perspectivas filosóficas, nos partidos. E também no Partido Socialista. Basta que se faça uma pequena viagem no tempo, que se observe sem mistificações as linhas de pensamento de Aron, de Sartre, de Mounier. Para se reparar como Aron poderia “apadrinhar” muitas das atitudes e das linhas de actuação dos chamados “socráticos” dentro do PS, enquanto as ideias de Mounier “encaixam” mais nos ditos “guterristas” e, finalmente, os apoiantes de Manuel Alegre se poderão facilmente rever nas posições de Sartre.

Na época em que se comemora os 100 anos do nascimento de tão ilustres figuras do pensamento europeu e mundial, talvez não seja demais tirar algum tempo do frenesim de todos os dias deste início do séc. XXI e reflectir nas “coincidências” (ou não) de linhas de actuação político-sociais dentro do PS actualmente. Só é pena que o PS, no tempo actual, continue influenciado em demasia pela cultura, pela filosofia francófona e não tanto pela visão do mundo e da vida anglo-saxónica.



RICARDO GONÇALVES
Deputado pelo PS
eleito pelo círculo de Braga

É curioso verificar como todas estas linhas de pensamento continuam, mais ou menos acentuadamente, vertidas nos tempos de hoje. Na sociedade, na política. Na Europa, em Portugal. Nas perspectivas filosóficas, nos partidos. E também no Partido Socialista



AJUSTE DE CONTAS

Passados 32 anos sobre a Revolução de Abril e a acreditar nas sondagens, os portugueses preparam-se para ajustar contas com o regime democrático que a mesma consagrou. A ser verdade, estou convencido que a maior parte deles ainda não se apercebeu de que vai contribuir para tal, porque se o soubesse, estou certo, não participaria por acção ou omissão na concretização de tal objectivo, que podendo servir a ambição de um homem ou os interesses de certas forças saudosistas de outros tempos, nunca serviria os interesses do país. O momento escolhido será o das próximas eleições presidenciais. A direita prepara-se para concretizar a sua almejada ambição: ter o seu presidente, a sua maioria, o seu governo. A maioria dos portugueses parece estar convencida que Cavaco Silva não representa um risco, bem pelo contrário, poderá ajudar com o seu tecnicismo o Governo a ultrapassar a crise que os portugueses vivem. Santa ingenuidade. Nesta eleição não se elege um governante. O país já tem um Governo legítimo. Todos temos a experiência que poderes paralelos só trazem confusão, conflito e instabilidade. Cavaco Silva já deu sinais claros que quer interferir na governação. Veja-se as suas dúvidas sobre os grandes investimentos que o Governo pretende pôr em acção para relançar a economia portuguesa. Será que alguém acredita que um Governo, sobretudo num momento de grave crise económica e financeira, tem condições para governar com um Presidente da República contra as suas principais opções? A vitória de Cavaco

RAUL BRITO

Militante nº 3542
Secção de Cedofeita/Porto

O país já tem um Governo legítimo. Todos temos a experiência que poderes paralelos só trazem confusão, conflito e instabilidade. Cavaco Silva já deu sinais claros que quer interferir na governação

Silva conduzirá naturalmente à queda do Governo legítimo de José Sócrates e à conseqüente subida ao poder das forças conservadoras que, agora sim, reunirão as condições para instaurar pela via democrática um novo regime, na medida em que a Presidência da República passará na prática a governar o país. Mas será que os portugueses quererão realmente esta concentração de poderes na Presidência e a subalternização da Assembleia da República por demissão do partido ou coligação que vence as eleições? Será que mesmo dentro do PSD e CDS/PP esta questão já foi considerada?

Os portugueses que se identificam com o regime vigente, que apreciam a estabilidade política e apostam na separação dos poderes, têm felizmente outras alternativas nestas eleições, sem os riscos da alternativa aventureira do candidato Cavaco Silva. Tenho fundadas razões para temer que o verdadeiro debate sobre o que está em jogo nestas presidenciais esteja a ser intencionalmente escondido aos portugueses, por ressentimento das nossas elites jornalísticas e intelectuais, com a classe política em geral que responsabilizam pelas dificuldades que o país atravessa. É um erro imperdoável. Mas tenho uma grande esperança que a sabedoria e o bom senso dos portugueses prevaleça no dia 22 de Janeiro de 2006.

Pela minha parte não correrei riscos nem tenho contas a ajustar com Abril: votarei em Mário Soares.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaossocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o

**COM OS PORTUGUESES
POR
PORTUGAL**



COMÍCIO DE ENCERRAMENTO

**MÁRIO SOARES
NO PORTO**

Sexta-feira, 20 Janeiro 2006 - 21.00h
Pavilhão Rosa Mota - Porto